



UNIVERSIDADE
CATÓLICA
PORTUGUESA

Mulheres, Criminalidade e Reclusão: Narrativas de Mulheres ex-reclusas por Crime de Tráfico de Droga

Dissertação apresentada à Universidade Católica Portuguesa para obtenção do
grau de Mestre em Serviço Social

Por

Nadira Querido

Faculdade de Ciências Humanas

Setembro de 2021



UNIVERSIDADE
CATÓLICA
PORTUGUESA

Mulheres, Criminalidade e Reclusão: Narrativas de Mulheres ex-reclusas por Crime de Tráfico de Droga

Dissertação apresentada à Universidade Católica Portuguesa para obtenção do
grau de Mestre em Serviço Social

Trabalho efetuado sob a Orientação de
Professora Dra. Isabel Vieira e Professor Dr. Pedro Marques

Faculdade de Ciências Humanas

Setembro de 2021

Agradecimentos

Esta Dissertação de Mestrado é o resultado de um longo caminho percorrido e manifesto aqui o meu agradecimento a todas as pessoas que contribuíram e tornaram possível direta ou indiretamente a realização deste trabalho.

Aos meus professores, que marcaram a minha trajetória acadêmica em especial aos professores Dra. Isabel Vieira e Dr. Pedro Marques pela orientação generosa proporcionada.

Ao meu filho, agradeço a compreensão e peço perdão pela minha ausência, causada pela minha insistência e persistência em chegar a esta etapa.

À minha família em Cabo Verde, a minha avó por me mostrar sempre que a educação é o caminho e ao meu tio Zé Ratumba pelo apoio e incentivo, manifesto aqui o meu profundo amor.

Aos meus colegas, pela partilha de conhecimentos e experiências durante o programa de Mestrado.

Às mulheres que generosamente aceitaram participar desta pesquisa, contando suas histórias e suas intimidades. Este trabalho é para vocês e outras mulheres, tendo como desejo dar-se a conhecer as suas histórias, seus desejos, medos e aspirações. Obrigada também à Dra. Paula Fortes, assistente social, por partilhar a sua experiência de trabalho no âmbito do sistema penitenciário, a ti um profundo respeito.

Ao secretariado do programa de Mestrado em Serviço Social, especialmente a Cristiana que prontamente atendeu todas as dúvidas e inquietações relacionadas aos trâmites burocráticos da Faculdade, a ti um profundo respeito e consideração.

Resumo

A presente investigação busca, por um lado, compreender as trajetórias de vida das mulheres ex-reclusas por crime relacionados com tráfico de drogas e por outro, identificar as consequências do cárcere nos seus projetos de vida. A pesquisa parte do pressuposto de que percursos de risco influenciam a entrada dessas mulheres para o crime e, tentamos analisar esses percursos, nos distintos momentos da vida dessas mulheres, quando estas optaram pela entrada para o crime de tráfico de drogas.

Temos também como objetivo contribuir com algum tipo de suporte para o planejamento de estratégias de prevenção e repensar as políticas e/ou intervenções levadas a cabo junto destas mulheres, com a finalidade de reinserção social.

Paralelamente a isso, buscamos identificar quais as transformações desencadeadas pela experiência da prisão e estudar essas trajetórias que conduziram essas mulheres ao cárcere, delineando os fatores e/ou elementos que as levaram cometer o crime de tráfico de droga, tendo como base o discurso das mulheres.

A pandemia gerada pelo SARS2-Covid 19, impediu-nos o acesso ao campo e criou diversos constrangimentos no processo de recolha de dados, o que condicionou o desenho da investigação e os resultados obtidos, traduzindo-se em várias limitações.

Palavras-chave: Criminalidade Feminina; Tráfico de Drogas; Trajetórias de vida.

Abstract

The present investigation seeks, on the one hand, to understand the life trajectories of female ex-inmates for crimes related to drug trafficking while on the other hand, to identify the consequences of imprisonment in their life trajectories. The research is based on the assumption that risk pathways influence the entry of these women into crime and we try to analyze these pathways throughout different times in these women's lives, when they opted for entry into the crime of drug trafficking

We also aim to contribute with some kind of support for the planning of prevention strategies and rethink the policies and/or interventions carried out with these women, with the aim of social reintegration.

At the same time, we sought to identify the transformations triggered by the prison experience and study these trajectories that led these women to prison, outlining the factors and/or elements that led them to commit the crime of drug trafficking, based on the women's discourse.

The pandemic generated by SARS2-Covid 19 prevented access to the field and created several constraints in the data collection process, which conditioned the design of the research and the results obtained, resulting in several limitations.

Keywords: Female Crime; Drug trafficking; Life trajectories

Lista de quadros

Quadro 1- Mulheres reclusas em Cabo Verde, dados sociodemográficos (INE, 2018)

Quadro 2- População reclusa e taxa de ocupação dos Estabelecimentos Prisionais em Cabo verde

Quadro 3- Quadro Teórico de Referência

Quadro 4- Mulheres entrevistadas, dados sociodemográficos

Quadro 5- Grelha de Análise

Lista de figuras

Figura 1- Mulheres reclusas por tipologia de crime

Figura 2- Enquadramento Metodológico

Lista de Abreviaturas e Siglas

DGSPRS- Direção Geral dos Serviços Prisionais e Reinserção Social

EP- Estabelecimento Prisional

INE- Instituto Nacional de Estatísticas

OIT- Organização Internacional do Trabalho

SS- Serviço Social

MER- Mulheres ex-reclusas

OIT- Organização Internacional do Trabalho

Índice

Introdução	11
Parte I- Referencial Teórico	15
Capítulo 1- Criminalidade Feminina	15
1.1.Género e Criminalidade	15
1.2 Criminalidade Feminina e a sua evolução	20
Capítulo 2 - Mulheres Reclusas em Cabo Verde	24
2.1 O perfil das Mulheres Reclusas	24
2.2 Mulheres como vítimas e protagonistas do crime de tráfico de drogas	26
Capítulo 3- Serviço Social, Sistema Prisional e Reinserção Social	29
3.1 O Serviço Social como profissão de mediação	29
3.2 Sistema prisional, o perfil e as funções dos técnicos de reinserção social	31
3.3 Sistema prisional e reinserção social em Cabo Verde	36
3.4 Serviço social e reinserção social em Cabo-Verde	38
Parte II - Metodologia	43
Capítulo 4- Desenho e percurso de Investigação	43
4.1 Técnicas e instrumentos de recolha e tratamento de dados	45
4.1.1 Pesquisa e Análise bibliográfica	45
4.1.2 História de vida	45
4.1.3 Entrevista semiestruturada: participantes e modelo de análise	46
4.2 Caracterização do campo empírico e do universo de Análise	47
4.2.1 Campo Empírico	47
4.2.2 O universo de análise	49
4.2.3 Limitações da Pesquisa	50
Capítulo 5 - Análise dos Resultados	52
5. TRAJETÓRIA DE VIDA DAS MULHERES EX-RECLUSAS	53
5.1 INFÂNCIA – RELAÇÕES FAMILIARES E ESCOLARIDADE	53
5.1.1 Recordações da Infância e Juventude	54
5.1.2. Relação afetiva familiar.....	55
5.1.3 Trajetória Escolar	56
5.2 A VIDA ADULTA- RELAÇÕES FAMILIARES, SOCIAIS E TRABALHO	56
5.2.1. Trajetória familiar	56
5.2.2 Experiência com Trabalho/Emprego.....	57
5.2.3 Aspetos marcantes no percurso de vida	57
5.2.4 Situação Económica ao longo da vida	58
5.3 DELITO/ EXPERIÊNCIA PRISIONAL	58

5.3.1. A primeira experiência criminal	59
5.3.2 O crime de tráfico de drogas e sua motivação.....	59
5.3.3. Qualidade das relações estabelecidas nos EP.....	61
5.3.4. Apoio durante a reclusão (família, amigos, comunidade, instituições, etc.)61	
5.3.5. Cuidado dos filhos durante a reclusão	62
5.3.6. Experiência positiva e/ou negativas proporcionadas pela reclusão	64
5.3.7 Interrupção de projeto, ou futuro projeto de vida proporcionado pela reclusão	64
5.4 REINSERÇÃO SOCIAL E FUTURO PROJETO DE VIDA	65
5.4.1 Preparação para a reinserção social	65
5.4.2. Participação nas atividades/ Competências adquiridas nos EP	66
5.4.3. Utilidade das Formações feitas nos EP	67
5.4.4. Mudança nas relações sociais e familiares após reclusão	67
5.4.5. Projeto/expectativas de vida face ao futuro.....	68
Parte III- Considerações Finais	70
Referências Bibliográficas	73
Anexos	79
Anexo 1. Guião de Entrevistas às Mulheres	80
Anexo 2- Grelha de Análise das Entrevistas	82
Anexo III Declaração de Consentimento Informado	92

Introdução

Mesmo sendo a criminalidade feminina consideravelmente reduzida comparada com a masculina, segundo os dados do Censo Prisional (INE, 2018, Cabo Verde), os homens são acusados ou condenados na sua grande maioria por crimes contra a propriedade (roubo furto ou assalto), 43,7%, crimes contra a vida (homicídios), 27,7% e crimes sexuais 14,3%. As mulheres são acusadas ou condenadas na sua grande maioria, 47,8% por crimes de tráfico de estupefacientes ou por crimes contra a vida (homicídios) cerca de 34,8%.

Tendo como objeto de estudo as consequências do cárcere na trajetórias de vida no discurso das mulheres ex-reclusas por crime de tráfico de drogas, pretende-se contribuir para a discussão deste tema, no sentido de revelar algumas particularidades da realidade das mulheres que vivenciaram a experiência da reclusão e as consequências desta nas suas relações sociais e num futuro projeto de vida.

Baseando-se nos discursos de mulheres ex-reclusas, pretende-se com esta investigação responder à questão:- em que medida o percurso de reclusão afeta a vida das mulheres e das suas famílias?

Neste sentido, a hipótese central que conduz a presente investigação é de que percursos de risco influenciam a entrada das mulheres para o crime de tráfico de drogas. A segunda hipótese pressupõe que os vínculos familiares são estruturantes para o desenho dos percursos de reinserção social e a terceira hipótese é a de que, a reclusão tem como consequências possíveis, a dificuldade das mulheres em se reinserirem no mercado de trabalho após o cumprimento das penas, rompendo ou fortalecendo as relações sociais e familiares (Hermann, 2018).

Este trabalho justifica-se, em termos sociais, por direcionar o olhar sobre o encarceramento feminino e as suas consequências não previstas, bem como ruturas e/ou continuidade dos laços/lugares sociais destas mulheres. Em Cabo Verde, em caso de cometimento de crimes, a principal sanção aplicada a quem os comete, é a pena privativa de liberdade que, na maioria das vezes, é aplicada nas unidades prisionais.

Ao longo da realização da pesquisa, tem-se constatado no que se refere ao contexto cabo-verdiano, a ausência, ou pouco interesse teórico, sobre criminalidade feminina e de acordo com Belenki et al., (1997 cit. in Oliveira 2014), a sua invisibilidade enquanto sujeito de estudos científicos é universal enquanto premissa na literatura do género. Acredita-se que isso deve-se à baixa taxa de crimes nos quais as mulheres estão diretamente envolvidas e à percepção de que esses crimes são caracterizados por menor gravidade e violência; desta forma, primeiro estuda-se o homem para depois decidir o que pode ser criado, desenvolvido e implementado em relação às mulheres, principalmente para aquelas oriundas das classes sociais mais baixa que têm em comum o não reconhecimento da diferença dos padrões de experiência, de vivência e até mesmo a capacidade intelectual (Oliveira 2014, p. 213).

Análises sobre a criminalidade feminina limitam o entendimento das mesmas aos aspetos biológicos e psicológicos das mulheres criminosas, ignorando as determinantes económicas, social e cultural que, na grande medida, dão sentido à transgressão feminina (Carlen, 1993; Gregory, 1993; Heidensohn, 1985; Schram e Koons-Witt, 2004). Ainda, ao trabalharem a questão da participação das mulheres nas atividades criminosas, alguns autores enfatizam a participação dos homens na iniciação criminosa feminina (Almeida, 2001; Barcinski, 2008; Barcinski et al., 2013). Neste sentido, o comportamento das mulheres seria resultado da associação afetiva ou sexual com companheiros criminosos e posicionando-as como vítimas dos homens que as rodeiam; essas mulheres tornam-se cúmplices dos crimes cometidos por seus companheiros e eventualmente pagam, através do cárcere, por um comportamento socialmente não reconhecido como feminino, dado que “mulheres envolvidas no crime tendem a enfatizar a sua função de cuidadora e o seu envolvimento ocorre frequentemente na tentativa de proteger as suas relações pessoais e afetivas” (Barcinski, 2009:1844).

O objetivo geral deste estudo é compreender a consequência do cárcere nas trajetórias de vida das mulheres ex-reclusas pelo crime de tráfico de drogas e a fragilização/manutenção de laços sociais, a partir das suas narrativas. Para tal, os objetivos específicos são: analisar o percurso de vida das mulheres ex-reclusas pelo crime de tráfico de drogas; compreender as motivações para a entrada dessas mulheres no tráfico de drogas; apontar as perspetivas dessas mulheres em relação ao futuro após o cárcere. Em suma pretende-se perceber como se fragilizam/mantêm-se os laços familiares e como estes influenciam as suas expectativas face a um futuro projeto de vida, de modo a traçar

recomendações a e assim contribuir para influenciar as Políticas Públicas e as Políticas de Justiça, no que concerne à prevenção de comportamentos desviantes e à reinserção social.

Ao longo da realização deste estudo, tem-se constatado no que se refere ao contexto nacional (Cabo Verde), a ausência ou pouco interesse teórico sobre a criminalidade feminina. Acredita-se que isso se deve à baixa taxa de crimes nos quais as mulheres estão diretamente envolvidas e à percepção de que esses crimes são caracterizados por menor gravidade e violência (Barcinski, 2009) comparados à criminalidade masculina.

Tendo como objeto de estudo as consequências do cárcere nas trajetórias de vida e o discurso das mulheres reclusas por crime de tráfico de drogas, pretende-se contribuir para a discussão deste tema, revelando a outra face da realidade das mulheres que vivenciaram a experiência da reclusão e das consequências do cárcere nas suas relações com a família, com a comunidade e com a sociedade.

Chama a atenção, o número das mulheres reclusas, bem como a tipologia de crimes que levaram essas mulheres ao cárcere e pode-se perceber que o crime que mais conduz as mulheres ao cárcere é o crime de tráfico de estupefacientes (47,8%), segundo o censo prisional (INE, 2018). Neste sentido, o estudo considera-se importante para a compreensão do fenómeno da reclusão das mulheres reclusas por crimes de tráfico de droga que é o recorte feito nessa pesquisa. Acredita-se que devem ser consideradas outras variáveis, como por exemplo a forma como se dá a organização do mercado de o tráfico de droga, bem como a inserção e a atuação da mulher nesse mercado, que sendo relevantes não serão aqui aprofundadas.

A presente Dissertação está dividida em cinco capítulos, no capítulo um abordamos num primeiro momento a discussão teórica sobre género e criminalidade feminina e num segundo momento coloca-se ênfase na evolução histórica da criminalidade feminina, apresentando em ambos os casos, a contribuição teórica do ponto de vista académico e feminista sobre o fenómeno nas últimas décadas.

No segundo capítulo, traçamos o perfil das mulheres reclusas em Cabo Verde e apresentamos debates académicos acerca das mulheres como vítimas e protagonistas do crime de tráfico de droga.

No capítulo três situamos historicamente o surgimento do serviço social enquanto profissão de mediação, bem como a inserção do serviço social no sistema penitenciário. Referimos também o perfil e as funções do Assistente Social como técnico de reinserção social.

O quarto capítulo trata das questões metodológicas da investigação com o objetivo de caracterizar, os métodos e procedimentos utilizados, bem como as limitações deste estudo. Procedeu-se a um estudo exploratório de natureza qualitativa. As condições de confinamento devido a pandemia de Covid-19, dificultaram o acesso ao campo. Foram realizadas entrevistas a quatro mulheres ex-reclusas e a uma Assistente Social que trabalha em EP em Cabo Verde.

No capítulo cinco iniciamos a apresentação dos resultados empíricos destacados neste estudo, a partir das narrativas das mulheres ex-reclusas sobre os seus percursos, considerando os momentos antes, durante e após a reclusão.

Finalmente, no capítulo seis, tecemos a conclusão final do estudo; sendo um estudo exploratório e dadas as dificuldades de acesso ao campo, as nossas considerações fundamentam-se na revisão da literatura e nos testemunhos de quatro mulheres cabo-verdianas, ex-reclusas por crime de tráfico de droga. As considerações finais apontam para uma causalidade entre as baixas condições socioeconómicas e a entrada destas mulheres no tráfico de droga, associada a empregos precários, baixos rendimentos e a necessidade de sustentarem os seus filhos.

Parte I- Referencial Teórico

Capítulo 1- Criminalidade Feminina

1.1.Gênero e Criminalidade

A perspectiva desta pesquisa é tornar explícitos os discursos das mulheres reclusas, que são o ponto central da investigação. Esta opção faz parte do referencial teórico feminista, que visa este tipo de abordagem, tornando visíveis trajetórias de vida, pouco conhecidas e silenciadas. Esta abordagem é nomeada por Margareth Rago (1998) como “uma proposta de releitura da história no feminino”:

O campo das experiências históricas consideradas dignas de serem narradas ampliou-se consideravelmente e juntamente com a emergência dos novos temas de estudo, isto é, com a visibilidade e dizibilidade que ganharam inúmeras práticas sociais, culturais, religiosas, antes silenciadas, novos sujeitos femininos foram incluídos no discurso histórico, partindo-se inicialmente das trabalhadoras e militantes, para incluir-se, em seguida, as bruxas, as prostitutas, as freiras, as parteiras, as loucas, as domésticas, as professoras, entre outras. A ampliação do conceito de cidadania, o direito à história e à memória não se processavam apenas no campo dos movimentos sociais, passando a ser incorporados no discurso, ou melhor, no próprio âmbito do processo da produção do conhecimento (Rago, 1998, p:14).

A construção do conhecimento das e pelas mulheres, incluindo o campo histórico, evidenciado por Rago (1998), é caracterizado por desconstrução e construção de novas teorias, pois é quando as mulheres passam a fazer parte do discurso histórico enquanto sujeitos.

Geralmente, os estudos relacionados com a criminalidade dão maior destaque à violência praticada contra as mulheres, que figuram como vítimas de várias formas de opressão e dominação, seja por abuso físico, psicológico e/ou sexual. Devido a inexpressividade das taxas de criminalidade feminina e à quase exclusividade masculina na criminalidade violenta, as mulheres como sujeitos criminosos foram historicamente negligenciadas nestes estudos (Ratton et al.:2011).

Soares e Ilgenfritz (2002:63) enfatizam que raras são as pesquisas sobre a criminalidade feminina e, quando existem problematizam o tema em “títulos acessórios,

em curtos capítulos subsidiários, de obras que privilegiam sempre o criminoso masculino”.

No mesmo sentido, Almeida (2001) argumenta que, raros são os livros e debates que apontam a mulher como autora de crimes. Quando muito na literatura criminológica ou em romances, a mulher é tratada como coautora, cúmplice ou arquiteta de crimes, e raramente como criadora da sua criminalidade (Almeida, 2001:99).

Na produção criminológica tem maior destaque a criminalidade no geral, que é histórica e hegemonicamente vista como um fenómeno masculino, tendência que por vezes, obscurece as características de conduta feminina desviante e criminosa (Ratton et al.:2011).

Herrington e Nee (2005) recordam que o debate académico, geralmente, trata o crime e a criminalidade como um domínio do masculino, ponto de vista reforçado pelas estatísticas oficiais que há muito indicam os homens como indivíduos mais propensos, do que as mulheres a figurar como agressores e vítimas de uma grande variedade de atos criminosos. Citando Heidensohn (1994), argumentam que as mulheres cometem crimes menos graves e de modo não profissional, e teriam carreiras criminosas mais curta.

Sánchez (2004), ao trabalhar a realidade da América Latina salienta a escassez de estudos sistematizados sobre a evolução da delinquência feminina como consequência da marginalização das investigações criminológicas sobre a mulher, por vezes apontadas como excessivamente particularizadas e inaplicáveis à população desviante geral. Neste sentido, o autor enfatiza que nos países da América Latina muitos trabalhos sobre a criminalidade partem da perspectiva masculina, ou seja, empregam o género masculino como paradigma do humano, sendo os seus resultados considerados universais (Sánchez, 2004). Relacionados a mulheres, encontra-se um grande número de estudos sobre a vitimização e a violência de género e pensa-se que é necessário desenvolver-se mais estudos sobre as mulheres, na perspectiva desviante e criminosa, com vista a compreensão desse fenómeno no país.

Análises sobre a mulher e criminalidade relacionam-se diretamente com o conceito género, esse conceito, remete-nos para discursos hegemónicos em que se situam homens e mulheres em polos opostos no que se refere à possibilidade de envolvimento no crime. Portanto, muitas das vezes, a escassez de literatura sobre a violência e/ou criminalidade feminina justifica-se por se reconhecer socialmente a mulher como vítima,

mas não como autora do crime (Narvaz e Koller, 2006). A docilidade e a fragilidade naturais das mulheres as tornariam menos capacitadas a cometer crimes do que os homens (Faria, 2008).

Steffensmeier e Allan (1996) apontam para o caráter relacional dos crimes cometidos por mulheres. Segundo os autores, mulheres envolvidas nas atividades criminosas tendem a destacar o seu papel como cuidadoras, justificando o seu envolvimento no crime como estratégia de proteção das relações afetivas.

Tendo em conta a questão de género, mulheres e homens possuem formas e possibilidades diferentes de inserção no lugar social, incluindo o envolvimento nas atividades criminosas. Estas diferenciações que marcam a vida dos homens e mulheres são sustentadas pelas atribuições que expressam os padrões do masculino e do feminino a serem seguidos.

De acordo com Gomes (2008), os modelos de género estabelecem-se a partir de um panorama relacional, em que, o que é entendido culturalmente como masculino só produz sentido a partir do feminino e vice-versa. As identidades de homens e mulheres afirmam-se por meio das aproximações e afastamentos em relação às atitudes, comportamentos e emoções a serem seguidos por cada género.

A partir dos requisitos associados ao ideal de masculinidade, como a força, o poder sobre os mais fracos, a coragem, a não passividade e a resistência, entende-se que a valorização deste padrão, que exige a supressão de sentimentos e de certas formas de expressão, potencializam e legitimam reações violentas dos homens. Ao contrário, as características associadas à feminilidade, como recato, pudor, docilidade e passividade, são frequentemente utilizadas para justificar a posição da mulher como vítima, nunca como autora do crime. Neste sentido, existe uma relação entre masculinidade e violência, fazendo com que atos violentos praticados por homens sejam vistos como resultantes da própria condição do masculino. Sendo assim, num contexto em que se legitima a associação entre ser masculino e ser violento, “as relações de género podem ser construídas e reproduzidas a partir de uma lógica de que a violência seria a referência para se diferenciar o homem da mulher” (Gomes, 2008:240). Posto isso, estudos sobre a criminalidade feminina devem considerar especificidades da condição feminina, tendo em conta que são reservadas às mulheres papéis e lugares sociais intrinsecamente ligados à instituição familiar, apesar de que numericamente as mulheres participem muito menos

do que os homens na criminalidade em geral, a presença destas no “mundo do crime” é diversificada e complexa de acordo com Zaluar (1994).

De facto, segundo Beleza (1988), as mulheres são aparentemente treinadas para a conformidade e submissão, no seu processo de educação/socialização e “a mulher frequentemente desce mais baixo do que o homem e, quando perdem toda a dignidade própria e se desmoralizam, tornam-se capazes, sozinhas ou associadas, de cometer qualquer crime” (Beleza e Santos, 1947:69-70 *in* Cunha 1994:24).

De acordo com Lopes (2007 *cit.* Moreira1998), talvez por se considerarem uma minoria, os trabalhos de investigação tendo como alvo mulheres reclusas, são escassos e limitam ainda mais a compreensão do fenómeno da criminalidade no feminino. Neste sentido “os primeiros estudos centrados na reclusão de mulheres começaram a surgir nas décadas de 60 e 70” do Séc. XX (Lopes, 2007:153) e coincidem com o aparecimento das teorias feministas.

“Historicamente, o nascimento da mulher criminosa como objeto de investigação e teorização é contemporâneo do surgir da própria Criminologia enquanto Ciência (positiva) da etiologia criminal (deixando de lado a hipótese de datar anteriormente o seu início...os trabalhos que se dedicam a criminologia, especificamente às mulheres são relativamente raro (Beleza, 1988 *cit.* V. Smart, 1976, Heidensohn, 1986). É nestes raros momentos que a questão do género é colocada explícita e demoradamente” (Beleza, 1988:39).

Diante das mudanças qualitativas e quantitativas na representação da mulher enquanto sujeito criminoso, Schwartz e Steffensmeier (2004:117) apresentam nove hipóteses para explicar o maior envolvimento das mulheres com o crime e/ou a diversificação dos delitos perpetrados por elas nos últimos anos na sociedade norte-americana.

A primeira hipótese refere-se a mudança na lei e na gestão organizacional do crime, isto é, a alteração na evolução das prisões de infratores de sexo feminino está relacionada a respostas oficiais menos tendenciosas ou mais eficientes para a criminalidade. A segunda aponta para a ampliações e mudanças na lei ordinária norte-americana e na forma como a mesma é aplicada, visando também formas menos graves

de infração da lei, o que aumentou o conjunto de mulheres delinquentes que correm o risco de prisão. A terceira hipótese remete-nos ao clássico argumento da igualdade de género e emancipação feminina, segundo a qual a melhoria do *status* das mulheres, particularmente os seus avanços no mercado de trabalho remunerado, aumenta o desejo e as oportunidades para a prática de crimes. A quarta hipótese sustenta que o aumento da marginalização económica das mulheres, os níveis mais elevados de insegurança económica enfrentada por grandes subgrupos de mulheres na sociedade norte-americana, o elevado número de divórcio de famílias chefiadas por mulheres representaria maior pressão para o cometimento de crimes, especialmente aqueles relacionados ao consumo. A quinta remete a tese da desorganização social das comunidades urbanas, marcadas pela fraca presença estatal, pelo desarranjo das famílias e pelo crescente distanciamento das instituições convencionais, como as educacionais, de atenção a saúde, de promoção do emprego, levando ao enfraquecimento do controlo social e gerando estratégias adaptativas que incluem a criminalidade como solução para os problemas do quotidiano. A sexta hipótese, chama a atenção para a ampliação das oportunidades para a prática de crimes ditos tipicamente femininos. Mudanças nos padrões da atividade produtiva incluindo o estímulo ao consumismo, a grande disponibilidade de bens de consumo, o sistema financeiro baseado na oferta de crédito, bem como os inúmeros programas de promoção do bem-estar social que teriam expandido as oportunidades para a prática de crimes cometidos por mulheres. A sétima hipótese aponta para uma maior aceitação das mulheres em alguns grupos criminosos devido a mudanças recentes no submundo de crime. A oitava hipótese indica que embora a dependência seja um fator criminal para ambos os sexos, o seu crescimento favorece o aumento da inserção das mulheres no mundo do crime, visto que uma vez viciadas elas prestariam serviços aos traficantes para sustentar o consumo.

A última hipótese afirma que a implementação de programas de prevenção de crimes voltados exclusivamente para infratores do sexo masculino, reduziu o envolvimento dos homens com alguns crimes, abrindo espaços para que as mulheres ocupem o espaço deixado por eles, reduzindo as disparidades de géneros nas estatísticas criminais.

Apesar dos dados serem especificamente sobre a realidade norte-americana, considera-se que essas hipóteses precisariam de mais testes empíricos para uma posterior

transposição dos seus argumentos para a análise da criminalidade feminina noutras realidades.

1.2 Criminalidade Feminina e a sua evolução

Historicamente, a criminalidade feminina tem sido muito pouco abordada na literatura devido a baixa taxa de mulheres que cometem crimes, comparados com os homens, e pela perceção de que os crimes que as mulheres estão envolvidas são de menor gravidade e “essa baixa incidência é normalmente associada aos traços biológicos, a prescrição acerca dos papéis sociais e á assimilação, por homens e mulheres de uma ideologia patriarcal” (Barcinski, 2009:1844). Neste sentido, os estudos sobre a criminalidade foram realizados ao longo dos tempos centrados nos homens ou seja, “primeiro estuda-se os homens para depois decidir o que deve ser criado, desenvolvido e implementado em relação às mulheres (França, 2014:213).

Alguns estudos apontam que a criminalidade feminina foi alvo de investigação académica somente no final do século XIX e início do século XX e era interpretada no marco da escola criminológica positivista, em que o foco principal seria a busca da diferença entre mulheres delinquentes e mulheres não delinquentes (Hermann, 2018).

Foi neste período que Lombroso e Ferrero, desenvolveram a obra intitulada *La Donna Delinquente, la Prostituta e la Donna Normale* em que os autores afirmam que a delinquência feminina tende a ser inerente à natureza biológica das mulheres, ou seja, a criminalidade feminina é biologicamente determinada, isto porque acreditavam que em relação aos homens as mulheres não evoluíram da mesma forma, “*Il maschio ha, insomma, in tutta la serie una potenzialità di sviluppo superiore alla femmina, per il fatto della minor importanza della sua partecipazione alla riproduzione*” (Lombroso e Ferrero, 1903:12).

Ao trabalhar a questão da criminalidade feminina, França (2014) relembra Graziosi (1999), para dar conta de que a fisiologia das mulheres exerce forte influência sobre o seu intelectual, por ter uma medula espinhal mais frágil, garantiam que as mulheres, por possuírem uma alma mais delicada, seriam mais suscetíveis a se comportar conforme a natureza feminina. Neste sentido ser do sexo feminino seria um bom motivo

para a aplicação de penas menores e até mesmo da sua não aplicação dependendo do caso (França, 2014 *cit.* Graziosi, 1999).

Tudo isto remete-nos para o que Graziosi (2009 *cit. in* França, 2014) chama de *infirmity sexus*, ou seja, a própria condição feminina seria o principal impedimento para a não aplicação da pena ou condenação. A questão da patologia era associada à biologia e, os debates da época eram conduzidas no sentido de certificar se as mulheres capazes de cometer crimes eram iguais aos homens ou se o comportamento violento poderia ser comparado aos idosos, aos menores, ou às pessoas com problemas mentais, isto é, seriam elas incapazes de responder pelas suas próprias ações.

De acordo com Graziosi (1999:60-61 *cit. in* França, 2014: 214) no século XIX,

Ambos paradigmas- el jurídico y el científico – tendrán naturalmente un gran peso en la construcción de un modelo de mujer al qual será considerado normal adecuarse y patológico apartarse, y que perdurará hasta este siglo. (...) El modelo de femineidad que se supone normal, al cual es justo que las mujeres se conformen, es antes que nada un modelo materno: la mujer, en realidad, es madre antes de toda outra cosa, y en la maternidad se expresa y se realiza gran parte del destino femenino [...].

Considera-se ser esta uma visão que inferioriza as mulheres, abrangendo também aquelas que não fossem mães e que no caso pressupunha-se que na medida em que, os órgãos de reprodução não desempenhassem o que era suposto, influenciariam de forma negativa na capacidade das mulheres de raciocinarem (França, 2014).

Outros estudos apontam que só a partir dos finais da década de 1970 (do séc. XX) é que a relação da mulher com a criminalidade é abordada sob um olhar mais crítico no campo do conhecimento jurídico, uma vez que passou-se a ter em conta o papel, posição e controlos sociais a que as mulheres estão sujeitas, como a opressão feminina, a violência, entre outros, que acabam por influenciar o comportamento feminino. Outra abordagem seria a de que foram deixados de se fazer estudos em que se abordasse primeiro os homens para posteriormente comparar-se com a mulher (Monteiro 2017 *cit.* Granja, 2015). De acordo com Monteiro (2017 *cit.* Cunha, 2002; Duarte e Cunha, 2014; Frois, 2017; Sena, 2015 *in* Granja, 2015), na atualidade os estudos passaram a ter em conta o contexto em que a mulher está inserida, a sua história de vida, dentre outras, ou seja, estes estudos vieram a desnaturalizar o desvio feminino introduzindo variáveis

culturais, políticas e sociais. Apesar desse avanço nota-se que ainda existem estudos que tomam como referência a abordagem positivista que defende fatores biológicos e psicológicos como justificção para as mulheres cometerem crimes. (Monteiro 2017, *cit.* Granja, 2015).

Existem também estudos que referem que o homem tem um papel central na inserção da mulher no crime, na medida em que, “a análise da criminalidade feminina está intimamente relacionada à criminalidade masculina” (Barcinski, 2012:53), logo, o comportamento delinquente da mulher seria o resultado da associação afetiva ou sexual com parceiros criminosos (Barcinski & Cúnico 2016).

Torna-se igualmente importante referir que nem todos os crimes em que as mulheres estejam envolvidas são influenciados por terceiros, muitas das vezes, a discriminação social e a pobreza empurram as mulheres para a criminalidade e pertencer a um contexto de exclusão, caracterizado por relações patriarcais e de poder, de vitimização, marginalização e invisibilidade, torna-se oportuno à criminalidade feminina (Barcinski & Cúnico, 2016).

As autoras defendem ainda que as mulheres enquanto criminosas sofrem o duplo estigma, por transgredirem a lei através do crime que as leva a cumprir pena e as prescrições sociais de gênero que posicionam os homens como violentos e não as mulheres (Barcinski & Cúnico, 2016); e ao introduzir-se na criminalidade e no cárcere elas são excluídas pela sociedade, que lhes impõe regras, valores e condutas morais, (Santoro & Pereira, 2018).

Para pensar a implicação do gênero no contexto de reclusão por crimes de tráfico de drogas, Corina Giacomello (2013 *cit. in* Santoro e Pereira, 2018), remete-nos para o que chama de tripla sentença da mulher. Segundo a autora, a sentença da mulher quando é presa neste contexto, possui 3 dimensões (Giacomello, 2013 *cit. in* Santoro e Pereira, 2018).

A primeira dimensão da condenação da mulher ocorre antes da instauração do processo, existe uma assimetria de posições sociais entre homens e mulheres, uma vez que estão sujeitas a fatores de discriminação e de poder na hierarquia do tráfico. A segunda dimensão está relacionada com o sistema judiciário em que uma vez condenadas pelo crime de tráfico de drogas, a sentença e as penas são aplicadas de uma forma desproporcional, comparadas com outros crimes. Por fim, a terceira dimensão incide

sobre a mulher já condenada que vivencia formas específicas da opressão e da discriminação que é traduzida na negligência de um Estado incapaz de promover um ambiente satisfatório de ressocialização, privando-as dos direitos e garantias fundamentais às reclusas (Santoro & Pereira, 2018).

Capítulo 2 - Mulheres Reclusas em Cabo Verde

2.1 O perfil das Mulheres Reclusas

O tema tráfico de drogas e as suas consequências a nível social, económico, políticos, de segurança e de saúde pública, constitui-se atualmente como uma agenda importante a nível mundial. Estudos têm demonstrado um aumento no número de mulheres no cárcere, que permitem uma construção do perfil das mulheres reclusas. Segundo os dados do Censo Prisional (INE, 2018), a população reclusa em Cabo Verde é essencialmente masculina e as mulheres representam cerca de 2,9% do total da população reclusa. Segundo os mesmos dados, mais de metade das mulheres tem idade igual ou superior a 40 anos, sendo que cerca de 39,1% tem idade de 40-49 anos. Somente uma mulher reclusa tem idade entre os 16-21 anos nesse ano.

Entre as mulheres a grande maioria vivia em união de fato (67,4%), e 8,7% declarou-se casada legalmente. Somente 10,9% das mulheres reclusas se declararam solteiras. Em relação ao nível de escolaridade, o resultado do censo prisional mostra que 82,6% das mulheres reclusas são alfabetizadas, 19,5% frequentou o nível superior e 48,8% o nível secundário.

Em Cabo Verde, as mulheres são acusadas ou condenadas na sua grande maioria 47,8% por crimes de tráfico de estupefacientes ou por homicídios, cerca de 4,8%. Somente 6,5% são acusadas ou condenadas por crimes contra a propriedade (roubo furto ou assalto), INE (2018).

A variável que consideramos importante neste contexto é o crime pelo qual as mulheres são eleitas pelo sistema penal em que, a alta representatividade dos crimes relacionados ao tráfico de drogas como o condutor das mulheres ao cárcere.

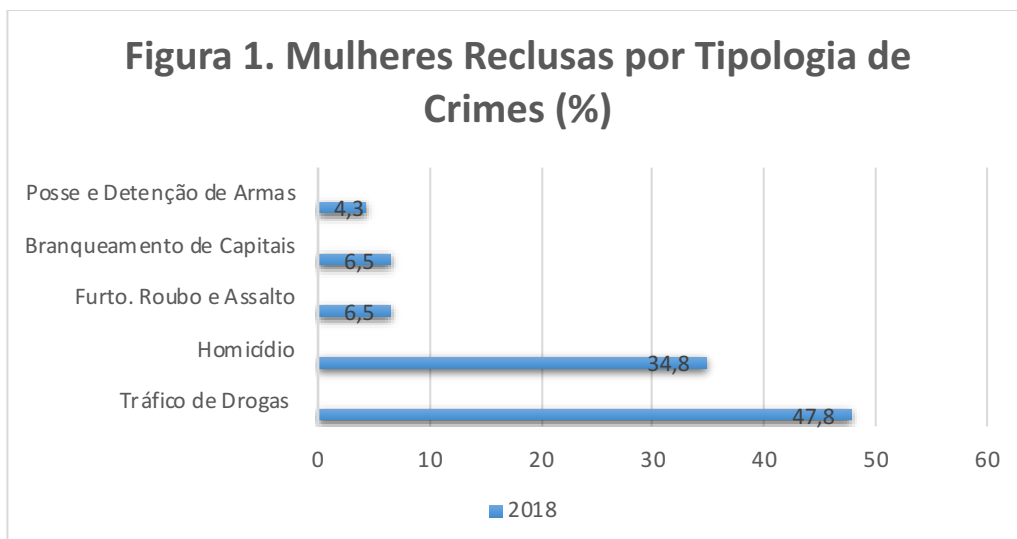


Figura 1 – Mulheres reclusas por tipologia do crime

Gráfico elaborado pela autora; **Fonte:** INE: 2018, Cabo Verde

Em relação a situação jurídico-penal, 87% das mulheres reclusas foram condenadas, sendo que 13% em situação preventiva. Segundo o mesmo censo, o número médio de anos de condenação entre as mulheres é de 9,5 anos de reclusão e o número médio de anos que encontravam-se detidas é de 3,8 anos. Entre as mulheres 66,7% reincidiram uma vez, e 33,3% duas vezes. De acordo com o Código Penal Cabo-verdiano, no nº 1 do seu art.º 58, os reclusos podem ser colocados em regime aberto no exterior se cumprirem metade da pena, e no mínimo 6 meses de prisão e, no nº 2 do mesmo artigo, tratando-se de condenação a pena de prisão superior a seis anos, a liberdade condicional, verificados o comportamento durante a execução da pena e a sua conduta anterior ao crime, só poderá ser concedida se o agente tiver cumprido pelo menos dois terços da pena a que foi condenado. Contudo, segundo os dados do INE (2018), na população reclusa feminina condenada, há um número elevado de mulheres com penas superiores a 3 anos de prisão.

Perfil das Mulheres reclusas em estabelecimentos prisionais em Cabo-Verde

Total de mulheres na população prisional	2,9%
Dados sociodemográficos das mulheres reclusas	
Idade	A maioria tem idade igual ou superior a 40 anos
Estado civil	Vive em união de facto (67,4%) Casada (8,7%) Solteira (10,9%)
Escolaridade	São escolarizadas (82,6%) Ensino básico (31,7%) Frequência do ensino secundário (48,8%) Frequência do ensino superior (19,5%)
Condenação e penas (média)	Condenação de anos de reclusão - 9,5 anos
	Tempo médio de reclusão – 3,8 anos
Percurso prisional	Reincidiu uma vez – 66,7%
	Reincidiu duas vezes – 33,3%

Quadro 1- Mulheres reclusas em Cabo-Verde, dados sociodemográficos (construção própria)

Fonte: Censo Prisional em Cabo-Verde (INE, 2018)

2.2 Mulheres como vítimas e protagonistas do crime de tráfico de drogas

Quando se trata da criminalidade, alguns autores referem a questão da violência feminina, justificando a sua invisibilidade por serem as mulheres identificadas sempre como vítimas de violência. Sores e Ilgenfritz (2012, *cit. in* Barcinski, 2016) chamam a atenção para o alto nível de vitimização nas trajetórias de vida das mulheres. A caracterização da mulher como frágil, submissa, passiva, que não participa na esfera pública, educada para a maternidade, dona de casa dedicada, através da repressão sexual, incapaz de cometer atos violentos, é estabelecida pelo padrão patriarcal com o objetivo de manter o domínio do masculino que é legitimado socialmente (Souza 2009, *cit. Narvaz e Koller 2006*).

Ao se tratar do crime, como por exemplo o de tráfico de drogas, para além das expectativas sociais sobre os papéis desempenhadas pelas mulheres, é importante associar-se a este o fatores da desigualdade de género, que se traduz em desigualdade no acesso ao emprego e salários mais baixos comparando com os dos homens. Dados da Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (OIT, 2018/2019), indicam que os países com os níveis mais baixos de desigualdade salarial provêm do grupo de rendimento

elevado, enquanto os países com os maiores níveis de desigualdade salarial encontram-se nos grupos de rendimento baixo e médio, tendo em conta o coeficiente de Gini. Paralelamente a isso, indicam também que, as mulheres auferem em média menos 16,7% do que os homens no que se refere a remuneração mensal base, e a diferença salarial é ainda mais acentuada quando se considera o ganho médio mensal; o aumento da família monoparental chefiada por mulheres com filhos menores, passa de 14,4% em 1991/2001 para 48,8% entre 2001/2011 e a percentagem de famílias monoparentais com filhos menores de 18 anos afetadas pelo desemprego era de 15,1% em 2011, sendo o desemprego mais elevado no caso das mães sós do que nos pais sós segundo os dados do INE (2013).

Em Cabo Verde, segundo os dados da OIT as mulheres representam a maioria dos trabalhadores qualificados (51%) mas, auferem em média 7% menos do que os homens no que se refere à remuneração mensal base, a diferença salarial é ainda mais acentuada quando se considera o ganho médio mensal; o aumento da família monoparental, 40% dos agregados familiares são agregados monoparentais. Os representados pelas mulheres são maioritariamente do tipo monoparental nuclear (89,0%), e monoparental compósito (79,8%). Segundo os dados do INE (2017). A taxa de desemprego é mais elevada nas mulheres, cerca de 12,1% em 2019, segundo INE (2019).

Todos esses fatores podem contribuir para a introdução da mulher na criminalidade, no tráfico de drogas, principalmente e, na medida em que, contextos de vitimização e marginalização criam um ambiente propício à criminalidade feminina (Barcinski, 2012). Para além destes fatores, as mulheres envolvem-se no crime de tráfico de drogas para preservar as suas relações afetivas com os seus parceiros, pai, filhos ou outros familiares. “Mulheres criminosas salientam o seu papel de cuidadoras e o seu envolvimento é justificado através da proteção das suas relações afetivas e familiares” (Barcinski, 2012:54). Ao desenvolver um estudo junto às mulheres que ocupam posições de líderes nos seus percursos criminais, a autora propõe problematizar o papel da mulher como vítima e afirma que o protagonismo e as atividades femininas são ignorados nos argumentos que se centram na incapacidade feminina para o crime e na natural propensão das mulheres a protegerem as pessoas que as rodeiam (Barcinski, 2016).

Não se trata obviamente de ignorar a vitimização das mulheres, nem tampouco o seu papel nas escolhas (ou na falta de escolhas). Gregory (1993) denuncia, por exemplo, a ingenuidade contida no argumento da prática criminosa como

resultante da maior liberdade conquistada no mundo público pelas mulheres (Barcinski, 2016: 61).

Para Barcinski (2009) num ambiente de criminalidade feminina, a vitimização e o protagonismo, convivem nas escolhas e nas histórias de vida das mulheres e através da violência a mulher sai da invisibilidade, ou seja, ganha voz, sai do espaço privado e entra no espaço público que antes era dominado pelo homem de acordo com Souza (2009).

De acordo com a revisão da literatura, podemos então resumir que diversos fatores contribuem para a entrada das mulheres na criminalidade, provocada por situações de vitimização e marginalização ou de afirmação:

a) Fatores económicos e sociais:

- a desigualdade de género traduzida nas dificuldade de acesso ao emprego e nas remunerações mais baixas auferidas pelas mulheres que trabalham;
- serem o sustento de agregado em famílias monoparentais;
- as situações de desemprego prolongado;

b) Ftores afetivos e emocionais:

- tentarem preservar a relação afetiva com os seus parceiros (entram no crime pela mão destes);
- serem prestadoras de cuidados e protetoras dos seus filhos (procuram melhores condições económicas entrando no tráfico);
- afirmam a sua liberdade (como protagonistas de crime afirmam a sua autonomia).

Capítulo 3- Serviço Social, Sistema Prisional e Reinserção Social

3.1 O Serviço Social como profissão de mediação

Historicamente o que se sabe é que o Serviço Social, no início da profissão, era representado pela caridade e pelo assistencialismo, as ações eram filantrópicas e assistencialistas, que tentava minimizar a crise da questão social, que marginalizava grande parte da população, traduzidas nas desigualdades sociais geradas pelo capitalismo.

“A gênese e a institucionalização do Serviço Social como disciplina profissional têm como cenário social o último quartel do Séc. XIX, em sociedades de transição do capitalismo liberal para o capitalismo monopolista e de emergência do Estado Social, e configura-se como forma sistemática de ajuda, no campo das políticas sociais, para fazer face à questão social ou questão proletária. Pretende-se a intervenção como caridade fundada na ciência ou filantropia científica. Posteriormente, consagra-se a expressão a arte fundada na ciência, libertando o Serviço Social de conotações datadas com a sua gênese” (Branco e Fernandes, 1991:1).

Tomando como exemplo alguns casos, o da América Latina e Portugal, no caso do Brasil, de acordo com Iamamoto e Carvalho (1982), a profissão do Assistente Social surgiu na década de 1930 com a criação da primeira escola de Serviço Social na cidade de São Paulo, e no Rio de Janeiro surgiu em 1940. Nesta mesma década, nas capitais brasileiras, surgem várias escolas de Serviço Social, sobre a influência do ideário da doutrina católica.

Em Portugal, o surgimento das iniciativas para a formação em o surgimento do Serviço Social enquanto profissão segundo Branco e Fernandes,

“são anteriores ao colapso da democracia republicana (1910 – 1926) e ao termo do período de ditadura militar (1933) as iniciativas para a formação em Serviço Social (Cf. Martins, 1999). Assim, a emergência e a institucionalização do Serviço Social como formação académica e profissão tem por contexto o Estado Novo, antidemocrático, antiliberal e anti Estado Providência. Em tempo de ditadura “constitucionalizada”, o Serviço Social é encarado e configurado como apostolado e exclusivamente feminino, por imperativo da Lei que o legitima, no âmbito do ensino particular e confessional (católico)” Fernandes e Branco (1991:7).

Nesta retrospectiva, nota-se que o Serviço Social ao longo dos anos sofreu mudanças principalmente na sua relação e na sua característica enquanto profissão. Nos anos de 1980 e 1990 o Serviço Social experimentou uma profunda renovação, de acordo

com o processo histórico, foi-se consolidando e ampliando no campo sócio jurídico, entre outros.

As universidades tiveram um papel preponderante nesse processo de consolidação como espaço de produção de conhecimentos, no âmbito do Serviço Social e ante as demais áreas do conhecimento, ou seja, nessa época houve avanços quanto a consolidação do projeto ético- político da profissão (Fernandes e Branco, 1991 *cit.* Alcina Martins 1999: 207-230), afirmam que:

“As primeiras tentativas para a criação de Escolas de Serviço Social são ensaiadas em 1928, no Instituto de Orientação Profissional, para formar o pessoal vinculado aos serviços de justiça de menores, e, em 1934, no mesmo Instituto, para a formação de observadores de psicologia juvenil e de observadores sociais. No entanto, é no I Congresso da União Nacional (partido único), em 1934, que são feitas propostas, pela Condessa de Rilvas e por Bissaya Barreto (médico), dando origem à criação do Instituto de Serviço Social (Lisboa, 1935) e da Escola Normal Social (Coimbra, 1937) ”.

Sendo o Serviço Social, uma profissão com carácter interventivo, no qual o profissional assume um posicionamento ético-político, a sua intervenção é na realidade social com múltiplas questões sociais. Tendo em conta que esta realidade está em constante desenvolvimento, requer do assistente social um desafio constante, independentemente do seu campo de atuação e, as intervenções dos assistentes sociais produzem-se no espaço da particularidade e com a elaboração e o desenvolvimento das mediações (Almeida, 2013).

“A intervenção social tem hoje um importante papel a cumprir na reconstrução de elos, desde logo entre os sujeitos e as suas próprias experiências e aprendizagens, mas também não deixa de estar sujeita a um conjunto de transformações nas suas finalidades e processos de trabalho, particularmente em termos de acompanhamento, que se constituem como o mote da reflexão a desenvolver” (Albuquerque, 2017:68).

De acordo com Almeida (2013), a mediação social é um conceito que confere identidade a práticas profissionais diferenciadas e, acreditamos que o Serviço Social, sendo uma profissão que intervém sobre a realidade, num sentido crítico, necessita de conhecimentos sólidos e de uma direção política, tendo em conta que,

“ (...) A ação pública contemporânea outrora alicerçada em valores e princípios pelo menos potencialmente absolutos, e consensualizados, passa assim, conseqüente e progressivamente, a nortear-se por objetivos assentes numa lógica de contingência e adaptabilidade, tanto mais evidente quantos os contextos

de crise económica se aprofundam e a incapacidade de resposta cabal às procuras e problemas crescentes se evidencia” (Albuquerque, 2017:69).

Assim sendo, entende-se o espaço de intervenção como um campo de mediações que se estrutura sobre determinações históricas e, o assistente social desempenha um papel de mediador social que concretiza o esforço de procura e de elaboração de alternativas sociais para os conflitos e problemáticas existentes (Almeida, 2013).

A administração da justiça passa pelos tribunais, pelas polícias, e pelos estabelecimentos prisionais. De acordo com Robinson (2008) os objetivos da justiça criminal incluem a reparação, a capacitação, e a reabilitação, abordadas em diferentes perspetivas.

Os valores defendidos pelo serviço social (dignidade humana, direitos humanos e justiça social) terão de ser enquadrados nas necessidades de segurança e gestão de riscos inerentes ao sistema prisional, num balanço entre cuidado e controle, a par de uma atuação pedagógica e reabilitativa que coloca ao lado da “punição” a necessidade de perdão e reinserção (cf. Robinson, 2008.)

3.2 Sistema prisional, o perfil e as funções dos técnicos de reinserção social

O 1º Congresso das Nações Unidas sobre Prevenção do Crime e Tratamento de Delinquentes, realizado em Genebra, em 1955, e aprovadas pelo Conselho Económico e Social da ONU através da sua resolução 663 C I (XXIV), de 31 de julho de 1957, editada pela resolução 2076 (LXII) de 13 de maio de 1977. Em 25 de maio de 1984, através da resolução 1984/47, o Conselho Económico e Social aprovou treze procedimentos para a aplicação efetiva das Regras Mínimas.

Cabo Verde com um pouco mais que 500.000 habitantes, tem nos seus estabelecimentos prisionais 1567 indivíduos reclusos, segundo o censo prisional realizado pelo INE (2018), equivalente a 2.9 reclusos por cada 1000 habitantes. Neste sentido, para promover a reinserção social e prevenir a criminalidade foi elaborado o Plano Nacional de Reinserção Social pela DGSPRS (2018). O plano visa “promover o bem-estar dos reclusos e a plena fruição dos seus direitos a um tratamento humanizado alinhado com os padrões e as melhores práticas internacionais” DGSPRS (2018).

Neste sentido, o plano contém como eixos estratégicos:

1. A reestruturação organizacional da DGSPRS e a capacitação dos técnicos;
2. Formar agentes de segurança prisional no ambiente prisional;
3. Criar uma equipa especializada de avaliação e intervenção;
4. Desenvolver programas educativos e formação profissional voltados para a população reclusa;
5. Desenvolver formação destinada à capacitação dos jovens em conflito com a lei;
6. Prestar cuidados de saúde, relativos ao ambiente prisional e centros socioeducativos;
7. Apoiar a população reclusa a quando da sua liberdade, relativamente na questão do acesso ao mercado de trabalho e empregabilidade.

A assistência social é um dever do Estado, no Código Penal cabo-verdiano, objetiva-se a prevenção do crime e a orientação do retorno do recluso à sociedade, também, objetiva-se as sanções e as suas finalidades conforme o nº2 do mesmo código, que consagra a aplicação de sanções criminais tem sempre por finalidade a proteção dos bens jurídicos essenciais à subsistência da comunidade e a reintegração do agente na vida comunitária.

Partindo do pressuposto de que o Serviço Social no contexto prisional tem por finalidade auxiliar os reclusos, através de ações que promovam a sua reinserção na sociedade, através dos profissionais que atuam nesse processo, em Cabo Verde, apesar de existirem profissionais do Serviço Social a atuarem nessa área, academicamente são inexistentes relatos ou estudos que datam do seu surgimento enquanto profissão, bem como a sua atuação no sistema judiciário.

A intervenção do Assistente Social visa a garantia dos direitos dos reclusos nos estabelecimentos prisionais, o que demonstra a importância do profissional nessa área. Branco e Fernandes (1991:7, cit. Falcão 1997) afirmam que, o “Serviço Social, na perspectiva do desenvolvimento humano e social, cumpriria promover condições de atendimento a necessidades humanas de subsistência e existência, consideradas necessidades igualmente básicas, através de uma prática com características sociais e relacionais, incluindo uma dupla dimensão convergente: a dimensão educativa e a dimensão política” (cf. Falcão, 1979).

Em Portugal, acredita-se que a atuação do assistente social dentro do sistema judiciário, foi anterior aos anos 90 do século XX. Na segunda metade do séc. XIX, com a Lei de 1 de Julho de 1867 e o trabalho social evoluiu-se em três fases: (Sousa, 2005 *cit.* Pimentel, 2001).

A primeira fase teve início em 1867 e a sua intervenção baseava-se na intervenção exclusiva de instituições privadas de assistência social, com cariz religioso e humanitário nos estabelecimentos prisionais. Na época o trabalho social era realizado na maioria das vezes por Misericórdias e tinha implícito a recuperação do indivíduo através da prática religiosa.

A segunda fase é datada entre 1902 e 1936 e já existia uma intervenção estatal, em que “foram criadas duas comissões de patronato, uma no Porto e outra em Lisboa, que evoluíram para uma Associação do Patronato das Prisões, legislada pelo Ministério da Justiça e dos Cultos. Esta Associação tinha como principal finalidade “colaborar com o regime prisional na obra de regeneração dos delinquentes, assistir-lhes moral e materialmente durante a prisão, trabalhar para a sua reintegração na vida social, ampará-los quando livres, em ordem de evitar a reincidência, e proteger as vítimas imediatas dos delitos [...]” (Araújo, 2015:7 *cit.* Pimentel, 2001: 261).

Na terceira fase, compreendida entre 1936 e 1981, a intervenção estatal tornou-se mais ampla, assegurando a assistencial social nos estabelecimentos prisionais. “Em 1936, deu-se uma reforma considerável no sistema, delimitando as competências específicas da Associação do Patronato, tais como as visitas e o auxílio material e moral dos reclusos e suas famílias, o acompanhamento dos reclusos colocados em liberdade condicional, o auxílio material das vítimas do delito” (Araújo, 2015:7).

“Só em 1956 é que é publicado o Regulamento do Concelho Superior dos Serviços Criminais e da Direção Geral dos Serviços, que efetiva uma estruturação e organização do Serviço Social na Prisão. Tais profissionais do Serviço Social tinham como principais funções “auxiliar o detido (...) estimular as visitas da família do recluso (...) preparar com a necessária antecedência o promover o repatriamento e a colocação familiar e profissional dos reclusos postos em liberdade condicionais, vigiada ou definitiva, recorrendo à colaboração das entidades públicas ou particulares, capazes de coadjuvarem a assistência prisional” (Araújo, 2015:7 *cit.* Pimentel, 2001:261).

Nas instituições prisionais, o Serviço Social procura realizar um trabalho que respeite e garanta os mínimos sociais, num compromisso com os reclusos que são os usuários dos seus serviços e nos estabelecimentos prisionais portuguesas, a profissão de assistente social e técnicos de outras áreas, definida pelo Decreto-Lei n.º 319/82 e manteve até o surgimento do novo Decreto-Lei n.º 58/95 de 31 de Março mais tarde revogada pelo Decreto-Lei n.º 204-A/2001, de 26 de Julho (Araújo, 2015).

Posterior a esses Decretos, criou-se a Direção Geral de Reinserção Social, extinguindo o Instituto de Reinserção Social, constituindo assim a nova Lei Orgânica dos Serviços de Reinserção Social, regido atualmente pelo Decreto-Lei n.º215/2012 de 28 de Setembro. (Araújo, 2015 *cit.* Gomes, 2008:19).

O Decreto-Lei n.º 126/2007 de 27 de Abril redefiniu a Direção Geral com a criação da Direção Geral de Reinserção Social, objetivando a sua intervenção centrada no individuo desde a fase pré-sentencial até à sua liberdade e, “preparando, em colaboração com os serviços do setor público e privado, de oportunidades de mudança e de reinserção social, diminuindo as consequências negativas da privação da liberdade e reduzindo os riscos de reincidência criminal”.

Neste sentido, no sistema judicial, cabe aos profissionais de reinserção social:

- Elaborar relatórios que consubstanciam o diagnóstico e prognóstico da situação de menores, seus progenitores ou outras pessoas a quem sejam confiados, para apoio a decisões judiciais, nomeadamente para aplicação de medida adequada;

- Elaborar relatórios sociais, perícias sobre a personalidade e outras informações relativas a arguidos e a vítimas, nomeadamente para efeitos de reexame dos pressupostos

da prisão preventiva ou outra medida de coação, da suspensão provisória do processo e da escolha e medida da reação penal;

- Acompanhar o menor, o jovem ou adulto durante o processo decisório, no âmbito do direito de menores, de família e penal, por solicitação da competente autoridade judiciária ou em cumprimento de disposição legal;

- Elaborar e enviar ao tribunal de relatórios de avaliação dos processos de acompanhamento referidos na alínea anterior ou que se realizem no âmbito da execução de outra medida judicial confiada ao Instituto;

- Elaborar relatórios para apoio a decisões nos processos de reabilitação (Decreto-Lei n.º 58/95);

O Assistente Social no Estabelecimento Prisional, assegura os direitos dos reclusos tendo como intuito garantir a equidade e justiça social, construindo práticas humanas ao tratamento dos reclusos, isto é, cabe ao Assistente Social, tornar visível a concretização da defesa dos direitos humanos, sendo que a presença do profissional no estabelecimento prisional, contribui no sentido de reinserção do indivíduo na sociedade. Neste sentido, é relevante ressaltar, que a prática profissional no sistema penitenciário é um grande desafio da profissão, considerando o histórico institucional de repressão e, de acordo com a Yamamoto:

“Um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no quotidiano (...). O Assistente Social tem sido historicamente um dos agentes profissionais que implementam políticas sociais, especialmente políticas públicas” (Yamamoto, 2000:20).

Deste modo, o profissional precisa refletir sobre a sua atuação, fazendo o uso do pensamento crítico e reflexivo, utilizar dos instrumentos que possam propor mudanças no sistema penal e, refletindo assim nas necessidades dos reclusos.

3.3 Sistema prisional e reinserção social em Cabo Verde

O Sistema Prisional em Cabo Verde está sob a alçada do Ministério da Justiça e do Trabalho, o qual prossegue as suas atribuições a este nível através da Direção Geral de Reinserção Social e dos Serviços Prisionais (DGRSP).

De acordo com o Decreto-Legislativo nº6/2018, no seu art.º41, os Estabelecimentos Prisionais, estão classificados como Comuns e Especiais:

- Os estabelecimentos prisionais comuns, são destinados ao cumprimento de penas e medidas de segurança privativas de liberdade da generalidade dos reclusos ou internados.

- Os estabelecimentos prisionais especiais são destinados ao cumprimento de penas e medidas de segurança privativas de liberdade de reclusos ou internados que se encontram em condições ou situações pessoais ou de segurança especiais que justificam a sua reclusão ou internamento em regime da separação dos demais.

Ainda no seu art.º 42, os Estabelecimentos Prisionais comuns são classificados como:

-Estabelecimentos Prisionais Centrais, que são Cadeias Centrais situadas nas sedes dos círculos judiciais e destinadas à execução de quaisquer penas de segurança e privativas de liberdade, bem como de detenção e prisão preventiva, sem prejuízo de criação, de outras cadeias centrais;

-Estabelecimentos Prisionais Regionais são estabelecimentos prisionais situados nas sedes das comarcas e destinadas à execução de penas e medidas de segurança privativas de liberdade de duração não superior a oito anos ou outro limite que vier a ser determinado por lei, bem como da detenção e prisão preventiva.

Segundo o Censo Prisional (INE, 2018, Cabo Verde), os cinco estabelecimentos prisionais do país estão preparados para receber um total de 1.197 reclusos, sendo a Cadeia Central da Praia com maior capacidade, onde pode albergar um total de 673 reclusos. Relativamente à taxa de ocupação, a nível nacional, observa-se uma sobrelotação dos estabelecimentos prisionais do país na ordem dos 130,9%, com maior

incidência na Cadeia Central da Praia, que apresenta uma superlotação de 165,2%, ou seja, alberga no momento quase o dobro da sua capacidade (1,7 vezes mais), ou seja, cada cela com capacidade para 10 pessoas, está ocupada com 16 a 17 reclusos. A Cadeia Central de São Vicente igualmente apresenta uma sobrelotação de 50 reclusos à mais à sua capacidade. A Cadeia Regional do Sal é a única cujo efetivos de reclusos (116 reclusos) é menor à capacidade do estabelecimento (250), apresentando assim uma taxa de ocupação de 46%.

Cabo Verde com um pouco mais que 500.000 habitantes, tem nos seus estabelecimentos prisionais 1567 indivíduos reclusos, segundo o censo prisional realizado pelo INE (2018), equivalente a 2.9 reclusos por cada 1000 habitantes. Neste sentido, para promover a reinserção social e prevenir a criminalidade foi elaborado o Plano Nacional de Reinserção Social pela DGSPRS (2018). O plano visa “promover o bem-estar dos reclusos e a plena fruição dos seus direitos a um tratamento humanizado alinhado com os padrões e as melhores práticas internacionais” DGSPRS (2018).

Neste sentido, o plano contém como eixos estratégicos:

8. A reestruturação organizacional da DGSPRS e a capacitação dos técnicos;
9. Formar agentes de segurança prisional no ambiente prisional;
10. Criar uma equipa especializada de avaliação e intervenção;
11. Desenvolver programas educativos e formação profissional voltados para a população reclusa;
12. Desenvolver formação destinada à capacitação dos jovens em conflito com a lei;
13. Prestar cuidados de saúde, relativos ao ambiente prisional e centros socioeducativos;
14. Apoiar a população reclusa a quando da sua liberdade, relativamente na questão do acesso ao mercado de trabalho e empregabilidade.

De acordo com o Decreto-Legislativo (DL n.º 6/2018), no seu art.º 35, declara que são, competências do Serviço Central responsável pelos serviços Prisionais e Reinserção Social:

- Coordenar a organização, dirigir superiormente, assegurar a gestão articulada do sistema prisional, a sua fiscalização e o seu regular funcionamento;

- Conceber, propor, elaborar e avaliar estudos, investigações, estratégias, programas e medidas de reinserção social dos reclusos, inimputáveis perigosos e jovens internados, bem como acompanhar e monitorar essa reinserção na família e sociedade;

- Colaborar com os estabelecimentos prisionais no acolhimento, internamento, seguimento e preparação da libertação do recluso ou internado e promover a sua reintegração na família e na sociedade depois de cumprido o tempo do seu internamento, nomeadamente através da elaboração e execução do respetivo Plano Individual Terapêutico e de Reabilitação e de mecanismos de natureza social e laboral, em coordenação e articulação com os departamentos estatais e municipais competentes em matéria de ação social;

- Exercer, nos termos da lei as demais competências em matéria de execução de penas e medidas de segurança privativas de liberdade e de reinserção social dos reclusos e internos (Dec.- Legislativo nº 6/2018, Cabo Verde).

3.4 Serviço social e reinserção social em Cabo-Verde

A assistência social é um dever do Estado, no Código Penal cabo-verdiano, objetiva-se a prevenção do crime e a orientação do retorno do recluso à sociedade, também, objetiva-se as sanções e as suas finalidades conforme o nº2 do mesmo código, que consagra a aplicação de sanções criminais tem sempre por finalidade a proteção dos bens jurídicos essenciais à subsistência da comunidade e a reintegração do agente na vida comunitária.

Partindo do que foi exposto anteriormente, deduzimos que o Serviço Social no contexto prisional tem por finalidade auxiliar os reclusos, através de ações que promovam

a sua reinserção na sociedade, através dos profissionais que atuam nesse processo, em Cabo Verde, apesar de existirem profissionais do Serviço Social a atuarem nessa área, academicamente são inexistentes relatos ou estudos que datam do seu surgimento enquanto profissão, bem como a sua atuação no sistema judiciário.

Em Cabo Verde, segundo documentos facultados por Fortes (2015), o serviço de reinserção social surgiu, com a criação da Divisão de Apoio Social e Assistência aos Reclusos, contidos no Dec. Lei n.º 139/85 de 06 de Dezembro, que configurava a necessidade de introdução de um serviço cuja competência era a de prestar assistência social prisional, nomeadamente estudar e desenvolver técnicas de acompanhamento e ocupação dos tempos livres dos reclusos, realizar estudos, inquéritos e relatórios sociais relacionados com a situação dos reclusos, apoio pós-prisional através de procura de trabalho e ligação com o exterior, em particular com a família e comunidade. O artigo 31º da Lei de execução de penas (Dec. Lei n.º 25/88 de 26 de Março) reforça este desiderato e várias ações são levadas a cabo no sentido de promover a reintegração social dos reclusos.

Com a evolução do sistema da justiça e, com o aumento da delinquência juvenil, em 2002 veio a ser criada a Direção dos Serviços de Reinserção Social, aprovada pelo Decreto-Lei nº 7/2002, de 25 de Fevereiro, e que efectivamente começou a operar em 2006. Teve como objetivo, dar uma resposta específica, concentrada num único serviço estatal, com técnicos com formação especializada na área de intervenção social junto de reclusos e ex-reclusos e menores internados ou sujeitos a medidas de acompanhamento.

As alterações introduzidas no Código Penal que entrou em vigor em 2004 vieram trazer também outra orientação/dimensão aos serviços de reinserção social. Uma orientação com uma forte componente na área de intervenção social forense com o intuito de se obter um conhecimento alargado e aprofundado sobre os reclusos, em alguns casos, sobre a pessoa ofendida/vítima, de forma a individualizar a reação penal. Esta orientação tem ainda como pano de fundo a prevenção da criminalidade e o acompanhamento dos reclusos e menores em conflito com a lei de acordo com Fortes (2015).

O serviço de reinserção social atua em três grandes áreas:

Área Penal (justiça de adultos e jovens) – Presta assessoria técnica aos Tribunais, principalmente na elaboração de Estudos de Caracterização Socio-familiar; Elaboração de Relatórios Sociais (pré e pós-sentencial); Acompanhamento e seguimento dos reclusos em Liberdade Condicional e Laboral; Execução e Acompanhamento de penas e medidas alternativas a prisão e Acolhimento e Acompanhamento do recluso;

Área Tutelar socioeducativa (justiça de crianças) – Presta Assessoria Técnica aos Tribunais, nomeadamente no acompanhamento e execução das medidas tutelares socioeducativas; Elaboração de Relatórios Sociais com avaliação psicológica e Elaboração de Relatórios pré-sentenciais.

Cooperação Institucional (Justiça *de Família*) - Estabelece enquanto autoridade central, protocolos interinstitucionais relativas à reintegração de menores e jovens em conflito com a lei e reclusos.

Quadro 2 - Capacidade, população reclusa e taxa de ocupação dos Estabelecimentos Prisionais Cabo-verdianas			
Estabelecimentos	Capacidade	População Reclusa	Taxa de Ocupação
Prisionais/Cabo Verde	1.197 Reclusos	1.567 Reclusos	130,9
Cadeia Regional de Santo Antão	24 Reclusos	25	104,2
Cadeia Central de São Vicente	200 Reclusos	250	125,0
Cadeia Regional do Sal	250 Reclusos	116	16,4
Cadeia Central de Praia	673 Reclusos	1.112	165,2
Cadeia Regional do Fogo	50 Reclusos	64	128,0

Fonte: INE (2018, Cabo Verde), Censo prisional

De acordo com o descrito no quadro 2, percebemos que existe uma sobreocupação na maioria dos estabelecimentos prisionais em Cabo-Verde, com destaque para Praia, Fogo e São Vicente onde estas taxas com taxas compreendidas entre 125% e 165%, o

que nos faz questionar as condições de humanidade e a qualidade do acompanhamento destas pessoas face aos Direitos Humanos.

Quadro 3 - Quadro Teórico de Referência

Eixos teóricos	Dimensões a observar	Autores de referência
1. Criminalidade feminina	Género e criminalidade	Margareth Rago (1998) Ratton et al.:2011 Soares e Ilgenfritz (2002) Almeida (2001) Herrington e Nee (2005) Sánchez (2004) Narvaz e Koller (2006) Steffensmeier e Allan (1996) Gomes (2008) Zaluar (1994) Lopes (2007) Schwartz e Steffensmeier (2004)
	Criminalidade feminina, evolução histórica	Barcinski (2009) França (2014) Hermann (2018) Monteiro (2017) Barcinski & Cúnico (2016) Santoro & Pereira (2018)
2. Mulheres reclusas em Cabo Verde	O perfil das Mulheres reclusas	INE. Cabo Verde (2018)
	Mulheres como vítimas e ou como protagonistas do crime de tráfico de droga	Barcinski (2012 e 2016) Souza (2009) OIT (2018/2019) INE Cabo Verde (2018 e 2019)
3. Serviço Social	Serviço Social, uma profissão de mediação	Branco e Fernandes (1991) Albuquerque (2017) Almeida, Helena (2013) Amaro (2015) Robinson (2018)
	Perfil e funções do Serviço Social no EP	Souza (2005) Araújo (2015) Iamamoto (2000)
4. Sistema Prisional e Reinserção Social	Capítulo 3- Sistema Prisional e Reinserção Social em Portugal	ONU, 1955, 1957, 1984 Branco e Fernandes, 1991 Souza, 2005 e 2009 Araújo, 2015 Iamamoto, 2000 Diplomas Legais
	Capítulo 3- Sistema Prisional e Reinserção Social em Cabo-Verde	DGRSP (2018) Censo prisional (INE, 2018) Fortes (2015) Diplomas Legais (DL n.º 6/2018)
Fonte: construção própria com fundamento na revisão da literatura		

Parte II - Metodologia

Capítulo 4- Desenho e percurso de Investigação

De acordo com Vilelas (2009 cit. Holloway 1999), a investigação qualitativa é uma forma de estudo da sociedade que se centra no modo como as pessoas interpretam e dão sentido às suas experiências e ao mundo em que elas vivem. Segundo este autor, existem diferentes abordagens que se consideram no âmbito deste tipo de investigação, mas a maioria tem o mesmo objetivo: compreender a realidade social das pessoas, grupos e culturas. Utilizou-se esta abordagem para explorar comportamentos, perspetivas e as experiências das mulheres entrevistadas (Holloway, 1999, cit. Vilelas, 2009:199).

Neste sentido, o estudo busca compreender as trajetórias de vida das mulheres reclusas por crime de tráfico de droga. Importa-nos referir que é do nosso interesse pensar os diferentes momentos das trajetórias de vida dessas mulheres e em que momento dessa trajetória estas foram conduzidas ao crime de tráfico de drogas e conseqüentemente ao encarceramento. Neste sentido, pretendemos conhecer essas trajetórias, antes da reclusão, durante a reclusão bem como as suas perspetivas face ao futuro após a reclusão.

Desta forma, o quadro analítico estará assente no quadro teórico anteriormente descrito de modo a identificar fatores determinantes nas trajetórias de vida das mulheres reclusas por crime de tráfico de drogas. A pesquisa pretende utilizar uma abordagem qualitativa de recolha de dados, uma vez que, “nessa abordagem valoriza-se o contacto direto e prolongado, do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo estudada” (Godoy, 1995, p:62).

Tendo em conta os objetivos e as hipóteses da pesquisa, a escolha pelo método qualitativo prende-se ao facto de permitir usar técnicas privilegiadas como observação dos sujeitos, entrevista, notas de campo, consulta bibliográfica. Neste sentido, privilegia-se o contexto material como fonte direta dos dados sendo o investigador o principal elemento de recolha enquanto observador do que quer investigar. É essencialmente descritiva; os dados recolhidos apresentam-se normalmente num texto (texto das entrevistas e gravações).

Para a pesquisa, escolheu-se um fenómeno e, estudado no seu conjunto, reunindo e unindo diferentes perspectivas entre si, a fim de descrever a realidade e os sentidos do fenómeno em e para os indivíduos que as vivenciam.

Neste sentido, a pesquisa qualitativa, realizada com um conjunto de métodos que pretende desenvolver teorias e hipóteses que emanam diretamente dos dados e é “uma abordagem realizada com um conjunto de métodos que pretende desenvolver teorias e hipóteses que emanam diretamente dos dados; Pretende retirar os conceitos da observação e da inquirição direta da realidade, mais do que referir assunções *a priori* de outras pesquisas ou de quadros teóricos; As teorias enraizadas ressaltam do próprio terreno de pesquisa social” e confrontam os dados com a teoria (Vieira, 2019 cit. Shaw and Gould, 2001:36).

Segundo Aires (2011), a investigação que se desenvolve é considerada um processo interativo configurado pela história pessoal, biografia, género, classe social, etnia das pessoas que descreve e pela sua própria história. E os produtos da investigação são criações ricas, densas, reflexivas dos fenómenos em análise.

Denzin (1994, *cit. in.* Aires, 2011:15) resume o processo de investigação qualitativa como uma trajetória que vai do campo ao texto e do texto ao leitor. Esta trajetória constitui um processo reflexivo e complexo. O investigador faz a pesquisa no terreno, para obter informação, orientando-se por duas persuasões básicas: persuasão científica que define e descreve a natureza da realidade social, e persuasão epistemológica que determina e orienta o modo de captar e compreender a realidade

O processo de investigação qualitativa parte, assim, de um conjunto de postulados teóricos e gera formas de fazer investigações diferentes dos modelos de investigação educativa clássica. Este processo de pesquisa vai evoluindo em seis níveis interactivamente relacionados: 1) investigador, 2) paradigmas de investigação, 3) estratégias e métodos de investigação nos paradigmas qualitativos, 4) técnicas de recolha de materiais empíricos, 5) métodos de análise de informação e 6) avaliação e conclusão do projeto de pesquisa (Aires, 2011 *cit.* Colás, 1998; Denzin & Lincoln, 1994; Miles & Huberman, 1994; De Pablos, 1995).

4.1 Técnicas e instrumentos de recolha e tratamento de dados

Tendo em conta as questões levantadas para a investigação, bem como as hipóteses formuladas, a recolha e análise da informação incide fundamentalmente no uso do método indutivo, com objetivo de testar hipóteses já existentes, fazendo o uso de análise bibliográfica, entrevistas biográfica (história de vida) e entrevistas semiestruturadas.

4.1.1 Pesquisa e Análise bibliográfica

A pesquisa bibliográfica consistiu na recolha e análise de documentos fornecidos, pesquisados na internet, tais como relatórios, artigos científicos, e livros referentes ao tema de pesquisa e “tem por objetivo, permitir ao cientista o reforço paralelo na análise de suas pesquisas e manipulação de suas informações” (Trujillo, 1974:230, *cit. in* Lakatos e Marconi, 2003:183).

O quadro teórico foi construído mediante a questão de partida, os objetivos e o objeto de estudo. A maioria da bibliografia foi consultada através de bibliotecas virtuais, algumas em bibliotecas físicas e facultadas pela professora orientadora.

Em relação à criminalidade feminina e o surgimento do Serviço Social em Cabo Verde, não foi possível encontrar artigos científicos ou estudos publicados, o que nos faz pensar que serão quase inexistentes. Foi necessário o uso da literatura que aborda a experiência de outros países, por forma a complementar o quadro teórico.

4.1.2 História de vida

Esta técnica serviu de inspiração pelo fato de as entrevistadas poderem narrar as suas experiências em retrospectiva, a sua trajetória de vida, fornecendo, diversas informações a seu respeito, mas a técnica não se aplicou no presente estudo. Boni e Quaresma (2005) apontam para a relevância da história de vida enquanto uma ferramenta de entrevista em profundidade, onde o pesquisador poderá interagir com o entrevistado. Além disso, confirma que “sua principal função é retratar as experiências vivenciadas por pessoas, grupos ou organizações” (Boni e Quaresma 2005:73), para além de contribuir para o

processo de retrospectiva das vivências dos sujeitos, permite ter acesso a acontecimentos passados por vezes reprimidos.

A entrevista foi estruturada num guião semiestruturado, com perguntas abertas, permitindo uma maior fluidez da conversa entre a investigadora e as entrevistadas. As perguntas contidas no guião de entrevista, foram estruturadas com base na revisão de literatura e, baseadas nas teorias, conceitos e questão de partida do presente estudo.

4.1.3 Entrevista semiestruturada: participantes e modelo de análise

A entrevista semiestruturada, que “possibilita uma abertura e proximidade maior entre entrevistador e entrevistado, o que permite ao entrevistador tocar em assuntos mais complexos e delicados, ou seja, quanto menos estruturada a entrevista, maior será o favorecimento de uma troca mais afetiva entre as duas partes” (Boni e Quaresma, 2005:75), bem como pelo facto de a entrevista decorrer frente-a-frente, e a conversa poder ser conduzida e orientada pelo investigador, o que facilita que o entrevistado exprima perceções, relate acontecimentos, experiências e, que o investigador consiga centrar os seus esforços nas hipóteses do trabalho. Assim, “o conteúdo da entrevista será objeto de uma análise de conteúdo, destinadas a testar hipóteses do trabalho” (Quivy e Campenhout, 1992:223), por forma a se reproduzir uma explicação objetiva e combinar essas duas técnicas de recolha de informações, permite uma visão mais complexa e abrangente do fenómeno.

As entrevistas foram realizadas junto as mulheres que cumpriram pena no regime fechado e que foram condenadas por crime de tráfico de drogas. É importante referir que procurámos reconstruir os diferentes momentos da trajetória de vida das mulheres, antes da reclusão, durante, e as suas perspetivas de vida após a reclusão.

Foram elaboradas grelhas de análise para se reproduzirem as respostas dos entrevistados, e resultado das entrevistas foram alvo de análise de conteúdo, temática e categorial por oferecer possibilidades de tratar as informações recolhidas de forma metódica, com um certo grau de profundidade e complexidade (Quivy & Campenhout, 1992). (cf. Anexo n.º 1)

4.2 Caracterização do campo empírico e do universo de Análise

4.2.1 Campo Empírico

O espaço empírico da pesquisa é a cidade da Praia e, do ponto de vista social, a escolha prende-se ao facto de a cidade ser a maior do país e, com um acumulo de problemas sociais, tais como, elevados índice de criminalidade, problemas de saneamento, delinquência juvenil, exposição de crianças e adolescentes a situações de vulnerabilidade social e outros "males sociais" que fazem parte do seu dia-a-dia e, também pelo facto de ser a cidade que particularmente a investigadora ser originária, o que facilitaria o processo de investigação bem como, por agregar uma diversidade social.

Segundo as narrativas locais, a cidade da Praia, capital e principal centro urbano do país, teve a sua origem num descarregamento de escravos, no porto, em 1515. A partir do século XVI, o aglomerado urbano da Praia crescia devido à ida de populações da Ribeira Grande e Alcatrazes, pela entrada em decadência destas últimas. No século XVII, com a decadência do comércio, as populações começaram a se deslocar para o interior das ilhas, em grande medida devido aos frequentes ataques de piratas e corsários, no litoral. Em 1770, com a fixação da administração na Praia, houve um grande impulso no aglomerado urbano que, com a elevação à categoria de cidade, em 1858, viria criada as condições para o seu futuro desenvolvimento.

Segundo Almeida (2003), o processo de desenvolvimento da Praia, enquanto cidade urbana, por excelência, aconteceria à custa da perda em movimento e comércio de Ribeira Grande e, aquela, pouco a pouco, se foi afirmando como capital do país. Na opinião desse autor, a procura dos recursos necessários ao desenvolvimento da Praia seria incrementada ainda mais com a ideia formalizada de mudança da capital para Mindelo.

Essa migração interna, em grande massa, da população rural para a cidade traz problemas diversos, nomeadamente ao nível dos espaços residenciais: a precariedade habitacional, sobretudo para a camada mais desfavorecida da sociedade. Na cidade da Praia, a partir da Independência Nacional (1975), a procura do solo urbano para habitação foi muito elevada. O primeiro período de grande expansão ocorreu até 1980 e teve uma taxa superior a 6,22% ao ano. A tendência de expansão continuou em ritmo elevado na década seguinte, com uma taxa superior a 9,65% ao ano (CMP, 1998, *in* Furtado, 2008). A partir de 1991, a par de uma densificação das áreas mais antigas, quer seja habitação

formal ou informal, verificar-se-ia também uma grande expansão para o Norte e para o Oeste. A forte migração e o êxodo rural, cuja característica dominante é a deficiente situação socioeconómica dos agregados que, chegados à Praia, não encontraram estruturas de acolhimento em quantidade e direcionada às suas possibilidades económicas, provocaram uma demanda habitacional que não teve respostas adequadas e contribuiu para originar uma urbanização inadequada e assentamentos humanos em áreas muitas vezes sem as condições mínimas de habitabilidade.

A fase de inserção no campo aconteceu entre os meses de maio a julho, período que foi precedido por visitas de curta duração, durante as nossas férias em Dezembro de 2020. Esse contacto foi importante, pois, durante a pesquisa de campo, permitiu-nos estabelecer possíveis contactos que posteriormente se tornaram úteis para pesquisa. Um contacto importante foi um jovem bastante conhecido no bairro que não só ajudava na identificação dessas mulheres, mas também no contacto com as mesmas.

Para a seleção dos interlocutores da pesquisa, o critério de aproximação e seleção foi baseado no princípio de redes sociais, apresentado por Mizruchi (2006). Desse modo, ao longo do trabalho de campo procura-se chegar a essas mulheres, por meio de alguém já conhecido ou mesmo de amigos em comum.

É importante registrar, que contar com a indicação de pessoas locais, possibilitou conquistar mais facilmente espaço e confiança dessas mulheres. Na maioria dos casos, a inserção no campo indicada como amiga de uma delas, ou conhecida de alguém evitou a entrada no campo como a “estranha”, o que certamente prejudicaria a comunicação (mesmo tendo apresentado como estudante de Mestrado em Serviço Social e justificando os fins do trabalho, era sempre questionada sobre a minha profissão).

Em alguns casos, como ocorreu em relação a algumas mulheres, por já conhecerem a investigadora, não houve, recetibilidade e conseqüentemente a negação da entrevista. Essas percepções, ao iniciar o trabalho de campo, alertaram que, para a maioria das mulheres, gerava-se uma situação de desconforto e desconfiança ante a uma primeira e única entrevista onde podiam relatar a sua conduta criminosa, o cárcere e as suas relações sociais e familiares.

4.2.2 O universo de análise

«A intenção do investigador não é comprovar hipóteses definitivas *a priori* e estanques, mas antes identificar as lógicas e racionalidades dos atores confrontando-as com o seu modelo de referência» (Guerra, 2006:22)

De acordo com Guerra, 2006, não fará sentido fala de amostra, mas sim do *universo de análise*; este compreende o conjunto de indivíduos que têm as características do objeto de estudo e integra “quem o investigador pretende estudar”, sem qualquer preocupação de representatividade, sendo uma amostragem de conveniência (cf. Guerra, 2006:43)

No estudo, foram entrevistadas quatro mulheres. Inicialmente, seriam entrevistadas seis mulheres., mas, duas delas não se sentiram confiantes para uma entrevista gravada. Todas as entrevistas foram feitas por meio de um aplicativo da rede social (Messenger) por ser a mais usada pelas mulheres e de mais fácil acesso. Das quatro entrevistas, três delas foram por vídeos, sendo que só uma foi por chamada de áudio. As entrevistas foram todas gravadas mediante a permissão das entrevistadas. As entrevistas foram transcritas e analisadas entre os meses de julho e agosto de 2021.

Para a nossa pesquisa o principal critério utilizado para selecionar quem poderia participar, foi serem mulheres ex-reclusas (MER) que deveriam ter cumprido penas privativas de liberdade por crime de tráfico de drogas. Outros critérios foram a familiaridade (pessoas indicadas por outras), acessibilidade (pessoas que autorizam serem contactadas) e disponibilidade (pessoas que se voluntariam para responder à entrevista e partilhar a sua experiência).

A maioria das entrevistadas trabalharam como mulas de droga, apenas uma das entrevistadas era traficante de droga. Na ocasião das entrevistas, uma estava desempregada, duas tinham criado um negócio próprio e uma trabalhava num emprego legal. As idades dessas mulheres variam entre 30 a 49 anos de idade. Em relação à escolaridade, uma delas terminou o 12º ano, duas fizeram o 8º e 9º ano e uma completou o 4º ano de escolaridade. Paula hoje com 34 anos foi condenada em 2009 a 6 anos de prisão por crime de tráfico de droga, Maria hoje com 49 anos foi condenada em 2010 a quatro anos de reclusão, mas cumpriu apenas três anos de prisão. Sandra, 40 anos de idade, condenada em 2008 a 10 anos de reclusão, cumpriu apenas 5 anos e Camila, 30

anos de idade foi condenada em 2017 a 6 anos de prisão mas cumpriu 4 anos e dois meses de reclusão. Duas dessas mulheres foram presas nos aeroportos. Paula foi presa no aeroporto de Fortaleza e, Sandra no aeroporto da Praia. Já Maria e Camila foram presas em casa.

Perfil das mulheres ex-reclusas entrevistadas

Entrevistada	Idade (anos)	Estado civil	Família	Escolaridade	Ano de condenação	Penas de reclusão	Cumprimento da pena
Paula	34 anos	Solteira	C. filhos	12.º ano	2009	6 anos	3.5 anos
Maria	49 anos	União de Fato	C. filhos	4.º ano	2010	4 anos	3 anos
Sandra	40 anos	União de Fato	C. filhos	9.º ano	2008	10 anos	5 anos
Camila	30 anos	Solteira	C. filhos	8.º ano	2017	6 anos	4 anos

Quadro 4: Mulheres entrevistadas, dados sociodemográficos

Fonte: Construção própria com fundamento nos dados das entrevistas

4.2.3 Limitações da Pesquisa

Inicialmente, o estudo foi delineado para incluir como participantes (ou sujeitos-objeto de estudo) as mulheres reclusas que cumpriram penas por tráfico de droga. Não sendo possível o contacto e permanência nos estabelecimentos prisionais, devido à situação pandémica (Covid-19), tornou-se impossível o acesso a essas mulheres; neste sentido, optou-se por se fazer um trabalho com mulheres ex.- reclusas, mantendo o quadro teórico. Outra limitação deve-se à investigadora apenas ter acesso a entrevista de um técnico de reinserção social e não ter sido possível o contacto da investigadora com outros técnicos pelo mesmo motivo acima descrito.

Os dados a seguir apresentados traduzem a experiência e a opinião de quatro mulheres ex-reclusas, por crime de tráfico de droga, que estiveram em estabelecimentos prisionais, mas não poderão ser generalizados.

Enquadramento Metodológico
 Perspetiva qualitativa, abordagem indutiva

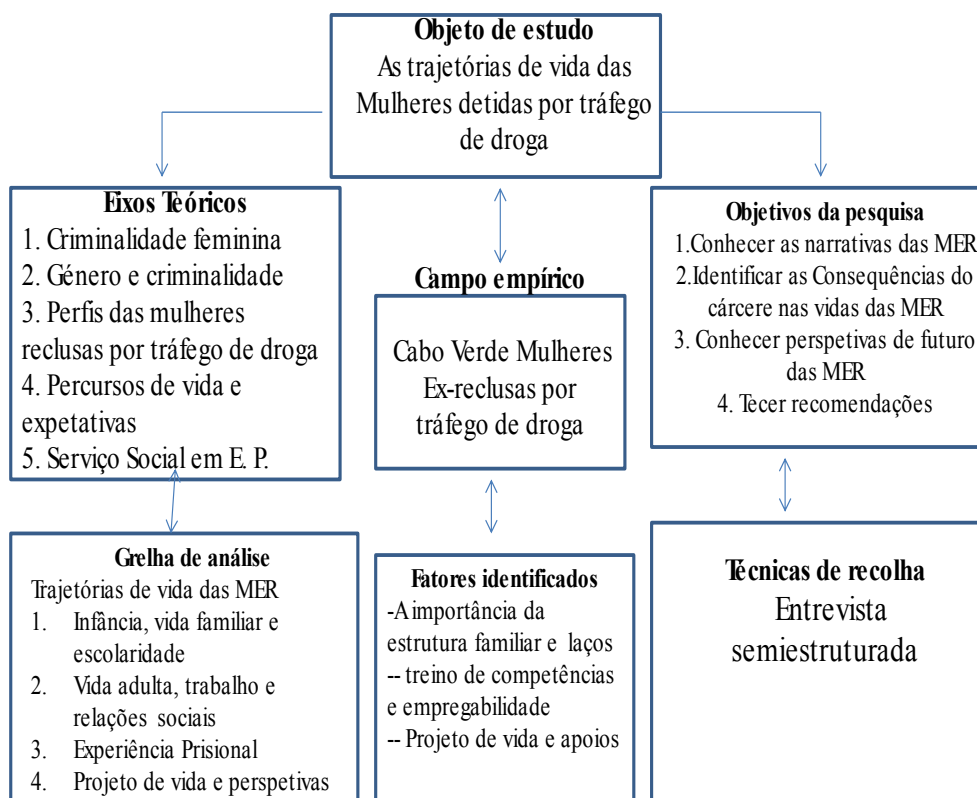


Figura 2- Quadro metodológico

Construção própria

Capítulo 5 - Análise dos Resultados

Tendo presente o enquadramento teórico, neste capítulo são apresentados os dados obtidos da investigação levada a cabo, juntamente com a respetiva análise e discussão. Os resultados provêm das entrevistas realizadas ao longo da investigação que foram analisadas com o objetivo de responder a pergunta de partida e, verificar se as observações e entrevistas recolhidas correspondem de facto às hipóteses e objetivos traçados (Quivy & Campenhout, 1992).

De acordo com as narrativas das Mulheres ex-reclusas entrevistadas e as suas trajetórias, foram identificadas quatro dimensões de análise: 1) a infância, considerando as suas recordações as relações familiares e a escolaridade; 2) a vida adulta, tendo em conta a vida familiar e a experiência de trabalho; 3) o delito e a experiência prisional, considerando as relações interpares, as atividades de formação e o treino de competências, bem como o suporte familiar; 4) O projeto de vida e as perspetivas futuras de reinserção social.

Quadro 5-Grelha de Análise - Trajetórias de vida das Mulheres entrevistadas

Fases do ciclo de vida	Dimensões	Categorias
<i>Infância</i>	Recordações de infância e juventude	Memórias positivas Memórias negativas Laços afetivos, brincadeiras e escola
	Relações afetivas e familiares	Boas relações familiares, unidade familiar e cuidados
	Trajectoria escolar	Baixos níveis de escolaridade Interrupção por gravidez precoce ou problemas económicos
<i>Vida Adulta</i>	Trajectoria familiar	Marcada por gravidez precoce ou problemas económicos Mulheres abandonadas pelos seus companheiros Mães sós que cuidam dos filhos e suportam despesas
	Experiencia de trabalho e emprego	Trabalhos com baixos salários
	Aspetos marcantes no percurso de vida	Gravidez precoce e abandono do progenitor Perda do pai durante a infância
	Situação económica ao longo da vida	Na infância há o suporte familiar Depois da gravidez ficam sós para sustentar os seus filhos e enfrentam dificuldades
<i>Delito e experiência criminal</i>	A primeira experiência criminal	O tráfico de droga foi a primeira e única experiência criminal
	Crime de tráfico de droga e motivação	Foi por falta de apoio financeiro que entraram no tráfico de droga
	As relações no EP	Boa relação com colegas Relação difícil com guardas prisionais

	Apoio de familiares e amigos	Com apoio de familiares e amigos Sem apoio
	O cuidado dos filhos	Ao cuidado das avós maternas Ao cuidado do companheiro
	Experiência positiva ou negativa	Positiva – reforço do valor da liberdade e das relações afetivas Negativa – perda da liberdade; dor do afastamento dos filhos
	Interrupção do projeto de vida	Perda da relação com filhos e familiares Perda do emprego*/ Perda dos sonhos e dos projetos
<i>Reinserção Social e Futuro Projeto de Vida</i>	Preparação para a reinserção	Não houve preparação para a reinserção Sem qualquer tipo de apoio profissional
	Atividades no EP e treino de competências	Atividades de vida diária Atividades de formação Certificados identificados com o EP não dão acesso ao mercado de trabalho (estigma)
	Mudança das relações familiares	Reforço da relação com filhos e família Perda da relação com a filha
	Expetativas de vida face ao futuro	Com expetativas: abrir um negócio e estudar Sem expetativas: viver dia-a-dia
Construção própria com fundamento na literatura e na experiência das mulheres entrevistadas		

5. TRAJETÓRIA DE VIDA DAS MULHERES EX-RECLUSAS

À análise das trajetórias sociais defronta-se com duas dimensões, “a trajetória objetiva” que resulta do ciclo de vida e das posições sociais vivenciadas e “a trajetória subjetiva” que deriva de relatos biográficos de cunho pessoal e identitário (cf. Claude Dubar, 1997). Os nomes utilizados nos excertos das entrevistas são nomes fictícios.

5.1 INFÂNCIA – RELAÇÕES FAMILIARES E ESCOLARIDADE

Essas mulheres são “oriundas de estratos sociais mais desfavorecidos e, os processos de organização urbana têm vindo a remeter para os mesmos espaços geográficos segregados, nivelados pela pobreza, marginalização e discriminação social e, pela inserção numa economia informal, na qual o tráfico retalhista de estupefacientes adquire o lugar de protagonista” (Granja, Cunha & Machado, 2014:271 *cit.* Fernandes & Ramos, 2010).

5.1.1 Recordações da Infância e Juventude

Narrando sobre as suas recordações de infância, nota-se que apesar das dificuldades financeiras que enfrentaram ao longo da sua trajetória adulta, na infância nem sempre foi assim para alguma das entrevistadas e relatam ser uma infância com memórias positivas.

“ (...) Quando Criança tinha uma vida normal, frequentava a escola, brincava, fazia tudo o que uma criança daquela idade fazia. Depois viajei para a Holanda para morar com uma tia como não tinha o nome do meu pai no meu documento, consegui viajar sem a sua autorização” Paula

“ (...) Tinha uma vida normal, frequentava a escola, brincava com os meus amigos e com os meus irmãos...era uma criança como outra qualquer (...) Tínhamos uma vida muito boa, tínhamos carro, vivíamos bem porque o meu pai mandava sempre dinheiro e bens da França, nunca sentíamos necessidade de nada...eramos uma família de posses (...)”. Sandra

“ (...) Quando era miúda gostava muito de brincar na rua com os meus amiguinhos, íamos muito á praia porque morava-mos ao pé da praia, os meus pais não brincavam muito comigo e com os meus irmão mas isso não era algo que nos deixavam tristes porque na época podíamos brincar com outros amigos e não sentíamos falta de brincar com eles e eu gostava muito de ser criança... o meu tio era pescador e sempre levava peixe para casa e ficávamos a brincar de peixeira, era divertido. Tínhamos maior liberdade porque eramos livres de brincar não tinha perigos como agora (...)”.Camila

“ (...) Frequentava a escola e era feliz digamos assim, tinha amigos, irmãos (...)”. Camila

Por outro lado, para outras mulheres entrevistadas, foi uma infância marcada pelo trabalho infantil e dificuldades económicas, conforme as narrativas de Maria e Sandra.

“ (...) Tínhamos uma pequena horta, o meu pai era um homem trabalhador, quando ele ficou assim com mais idade as coisas complicaram-se, por isso, fui trabalhar na extração de areia do mar para ajudar nas despesas da casa (...) Quando eu era criança estudava, a maior parte do meu tempo era ocupado pelos afazeres domésticos... lavava roupa ia buscar água para o uso doméstico (...)” Maria.

“ (...) Além da extração de areia, lavava roupa para as pessoas e elas pagavam-me, tinha 15 anos de idade na época. Depois comecei a perder muito peso com a extração de areia o meu pai aconselhou-me a deixar de fazer esse trabalho, por isso fui tentar vender cuscuz e leite de vaca, andava muito e muita das vezes não vendia nada, veio o desânimo e pedi aos meus pais para me deixarem voltar a trabalhar na extração de areia (...)” Maria.

“ (...) Saí de casa da minha mãe muito cedo, tornei-me independente...com 15 anos tive a minha primeira filha (...)”. Sandra.

Os percursos de vida de algumas dessas mulheres, foram marcados por processos de exclusão social, acesso aos direitos sociais inexistentes, a pobreza e, o desemprego de pelo menos um dos progenitores empurrou-as para trabalhos precários e de baixo rendimento. Como nos relata Sandra, a fragilidade socioeconómica por ela vivenciada veio acompanhada de perdas.

“ (...) O meu pai veio de férias num dia e morreu no outro dia de acidente de moto...isso foi o maior choque para a minha mãe...ela entrou em depressão, tornou-se alcoólatra e começamos por perder tudo...chegamos a passar fome...por isso com 14 anos tive que abandonar a escola para poder trabalhar e cuidar da minha mãe e dos meus irmãos”. Sandra

5.1.2. Relação afetiva familiar

As entrevistas dão conta de que, algumas das entrevistadas viviam no seio de uma família nuclear, salvo o caso de Paula que o pai não estava presente mas, verifica-se que apesar da ausência do progenitor masculino, o impacto dessa ausência sobre a organização familiar praticamente não existiu e neste caso, a responsabilidade recai sobre a mulher e, é possível notar-se que a unidade familiar e o cuidado mantêm-se. No caso da Sandra que, apesar do pai ter estado imigrado, mantinha com ele uma boa relação bem como uma referência paterna.

“ (...) Uma boa relação com a minha família, o meu pai não foi presente, mas a minha mãe e os meus irmãos sim”. Paula

“ (...) Os meus pais eram sempre presentes e eu não tive a oportunidade de aproveitar o que eles tinham para oferecer, carinho, amor... eles foram tudo na minha vida, tinham sempre um ombro amigo para me oferecer (...)” Maria

“ (...) Relacionava-me muito bem com a minha família, com os meus irmãos e com a minha mãe...meu pai emigrou para França e só convivia com ele quando vinha de férias para Cabo Verde mas a nossa relação era boa (...)”.Sandra

“ (...) Relacionava-mos bem, a relação com o meu pai era mais complicada porque ele era uma pessoa pouco tolerante, depois da minha gravidez a nossa relação não era muito boa mas com o nascimento da minha filha ele mudou, ele foi a primeira pessoa a ver a minha filha, já a minha mãe era mais liberal e compreensiva, apoiou-me quando o meu pai quis que eu interrompesse a gravidez, ficou do meu lado independentemente da decisão (...)” Camila

5.1.3 Trajetória Escolar

A pouca oportunidade a que estas mulheres tiveram acesso, resultou em baixa escolaridade, das quatro mulheres entrevistadas, apenas uma concluiu o décimo segundo ano de escolaridade e nota-se que todas elas tiveram que interromper os estudos por razões semelhantes, ou pela gravidez precoce ou para trabalhar, uma vez que recaí sobre elas a responsabilidade de cuidar da família.

“ (...) Comecei a estudar em Cabo Verde, depois fui para a Holanda e comecei a estudar lá, quando regressei dei continuidade aos estudos, estudei até ao 12º ano de escolaridade. Depois disso tive que parar de estudar, entretanto engravidei e não quis mais saber de estudar (...)”. Paula

“ (...) Estudei até o 4º ano, o meu padrinho pediu aos meus pais que me deixassem ir morar com ele e a família na cidade para dar continuidade aos estudos mas eles não permitiram por eu ser mulher e na cidade podia vir a ser ‘puta’. O meu padrinho insistiu muito mas não foi possível convence-los (...) tomei o meu diploma de 4º ano e fui trabalhar até hoje (...)”. Maria

“ (...) Estudei até ao 8º ano e tive que abandonar o sistema de ensino para poder trabalhar (...)”. Sandra

“ (...) Estudei muito pouco, até o 9º ano, engravidei da minha primeira filha por isso acabei por deixar a escola (...)”. Camila

5.2 A VIDA ADULTA- RELAÇÕES FAMILIARES, SOCIAIS E TRABALHO

5.2.1. Trajetória familiar

Os perfis mais recorrentes dão conta de trajetórias marcadas por gravidez quando eram ainda bastante jovens e cuja responsabilidade recaí em grande maioria sobre essas mulheres.

“ (...) Depois de engravidar fui morar na casa dos pais do meu marido. As coisas ali eram diferentes do que lá em casa. Passado algum tempo ele passou a bater-me e de tanto apanhar resolvi ir embora, peguei na minha filha e nas nossas coisas voltei para casa da minha mãe por um tempo, depois aluguei uma casa para mim (...)”. Paula

“ (...) Aos 25 anos já tinha 2 filhos e já estava a morar na cidade e a trabalhar (...) no dia que eu ia viajar para Portugal não tive coragem de contar para os meus pais e o meu filho, tinha tanto medo de fazê-lo, de dizer para o meu pai que ia sair do país, por isso disse-lhe que eu ia para outra ilha começar um negócio e comecei a chorar muito e sendo ele uma pessoa esperta pediu-me para lhe falar a verdade...mas não tive coragem (...)”. Maria

“ (...) Antes do delito, morava na minha casa porque fui independente muito cedo, tinha uma vida normal (...) ” Sandra

“ (...) Morava num bairro da cidade com muitas dificuldades de saneamento, desemprego, álcool e drogas, desde de sempre morei com os meus pais... depois que engravidei da minha segunda filha, fui morar com o pai dela mas como não deu certo voltei para casa dos meus pais novamente”. Camila

5.2.2 Experiência com Trabalho/Emprego

Como nos mostram os trechos das entrevistas, através do trabalho, sempre existiram vínculos laborais nas suas trajetórias o que podia acontecer é que baixos salários impediam, de uma certa forma, suportar as despesas da família. Nota-se que no caso da Paula e Camila, tiveram uma experiência laboral depois do fim do relacionamento com os seus companheiros.

“ (...) Depois de ter deixado o pai da minha filha passei a trabalhar num restaurante (...) “ o salário não era grande coisa mas dava para alguma coisa (...) ” Paula

“ (...) Continuei a fazer extração de areia para poder criar os meus filhos (...) Conheci um casal português, indicada por um antigo patrão, eles simpatizaram comigo e convidaram-me para trabalhar como empregada doméstica, passado uns anos a missão deles em Cabo verde chegou ao fim, eles regressaram para Portugal com a promessa de ajudar-me a ir também (...) ”. Em Portugal trabalhei numa fábrica de especiarias depois tiver que encerrar as atividades... depois disso comecei a vender comida, abri um café (...) ” Maria.

“ (...) Trabalhei sempre desde os 14 anos, fazia penteados e cheguei a trabalhar como camareira num hotel (...) ”. Sandra

“Eu trabalhei muito pouco depois de adulta...depois que conheci meu ex. marido ele não permitiu que eu trabalhasse. Dizia para ficar em casa e cuidar das coisas de casa e das miúdas, por isso não digo assim que trabalhei pelo menos fora de casa nunca trabalhei desde que fui morar com o meu marido (...) ”. Camila

5.2.3 Aspetos marcantes no percurso de vida

Nota-se através das narrativas que os percursos de vida dessas mulheres foram marcados por perdas, separação dos seus companheiros, sofrimento e abandono do pai no provimento do filho.

“ (...) Foi a perda da minha liberdade, fui presa no Brasil, lugar onde não tinha ninguém e tive que ficar afastada da minha família (...) ”. Paula

“ (...) A minha vida foi sempre cheia de sofrimento... foi sempre dura... a vida pregou-me partidas tristes, sempre com lagrimas nos olhos (...) Tem muitas coisas que marcaram-me nessa vida, muitas coisas negativas (...)”. Maria

“ O que mais me marcou na minha vida foi a morte do meu pai, foi mesmo só perdas, foram coisas negativas que me marcaram, primeiro foi a perda do meu pai, depois veio a morte dos meus dois irmãos, um foi assassinado e o outro morreu de doença (...)”. Sandra

“ Foi a gravidez e o nascimento da minha primogénita, quando engravidei o pai não aceitou, passei por muita coisa para cuidar dessa criança e só podia contar com os meus pais...até hoje luto na justiça para obriga-lo a reconhecer a paternidade e a segunda coisa foi a separação do pai da minha segunda filha que também não me ajuda com a pensão alimentícia e tive que recorrer à justiça para que isso acontecesse mas mesmo sendo obrigado a pagar o mesmo não tem acontecido (...)”. Camila

5.2.4 Situação Económica ao longo da vida

Pelas narrativas das mulheres nota-se que as ruturas dos vínculos familiares, perdas e separações dos seus companheiros culminou numa situação económica difícil porque nalguns casos o homem foi o provedor e quando o relacionamento termina, termina também a providência.

“ (...) Nós não eramos assim ricos mas nunca passamos fome, o mais importante era ter o que comer (...) Depois de ter deixado a casa dos meus sogros e ter começado a trabalhar, não ganhava muito porque não dava para pagar todas as despesas, mas tinha o meu namorado que me ajudava porque também já tinha uma filha e quem cuidava dela era eu e a minha mãe (...)”. Paula

“ Na infância nunca passei fome, tínhamos horta, onde fazíamos plantações e eu também trabalhava” Maria

“ (...) Sempre tivemos uma boa situação económica...depois da morte do meu pai e a depressão da minha as coisas se complicaram, passamos por muitas necessidades (...)”. Sandra

“ (...) Na minha infância e juventude, tínhamos uma vida normal, não tínhamos assim tanto dinheiro mas pelo menos não passava-mos necessidades, depois do divórcio dos meus pais as coisas tronaram-se mais difíceis, já tinha duas filhas sem pai (...)”. Camila

5.3 DELITO/ EXPERIÊNCIA PRISIONAL

Ao se tratar da entrada da mulher para o crime de tráfico de droga, Santoro e Pereira (2018) referem que, as mulheres envolvidas no crime de tráfico de drogas, têm

uma presença marcante na venda e consumo ilegais de drogas e, “nem todas as detidas pelo crime de tráfico de droga são, necessariamente traficantes, mas, devido a seletividade punitiva do Estado, todas elas enfrentam condenações pelo facto de serem mulheres pobres e estarem inseridas no estereótipo do criminoso” (Santoro & e Pereira 2018: 101 *cit.* Lattavo, 2013).

Apesar de em Cabo Verde, assim como apontam os dados do INE (2018), OIT (2018), as dificuldades financeiras e a falta de oportunidades no mercado de trabalho, bem como o aumento das famílias chefiadas por mulheres, têm despertado pouco interesse teórico, em abordar a criminalidade feminina.

5.3.1. A primeira experiência criminal

Quando questionadas sobre a existência de algum outro ato criminoso anterior, as respostas foram sempre negativas, tendo sido o crime de tráfico de drogas, o primeiro e o único crime cometido por elas e que as conduziu ao cárcere.

“ (...) Como trabalhava num restaurante, comecei a conhecer muita gente, saía muito para me divertir e, comecei a ganhar novas amizades, então um dia, uma pessoa (homem) que fazia parte do meu círculo de amizades fez-me o convite para transportar droga para o Brasil (...) foi o meu primeiro e único delito” Paula.

“ (...) O crime de tráfico de drogas foi o único crime que cometi e que me conduziu ao cárcere” Maria.

“ (...) Conheci o mundo do tráfico com 22 anos de idade e este foi o primeiro e o único delito que cometi durante a minha vida” Sandra.

“ (...) O tráfico de drogas, depois disso não me envolvi em nenhum crime” Camila

5.3.2 O crime de tráfico de drogas e sua motivação

Nota-se que direta ou indiretamente, a família exerce uma forte influência para a entrada das mulheres para o crime de tráfico de drogas, uma vez que recai sobre essas mulheres a responsabilidade do cuidado. Mesmo sendo os filhos declarados como os principais motivos para a entrada das mulheres para esse tipo de crime, isso também é

alavancado, pela ausência de um dos progenitores masculinos, quer enquanto pais ou maridos dessas mulheres. Acredita-se também que entrada da mulher para o crime de tráfico de drogas, traz à superfície a forte exclusão social e a fragilidade económica que refletem em problemas do desemprego feminino, trabalhos precários, baixos salários quando comparados com os dos homens e o aumento do número de famílias chefiadas por mulheres em que a economia doméstica recai única e exclusivamente sobre as mulheres.

“ (...) Depois de terminar o relacionamento com o pai da minha filha, ele passou a não ajudar com as despesas da filha, então não ganhava muito vivia numa casa alugada e o dinheiro acabava mesmo antes do fim do mês apesar de ter a ajuda do meu namorado mas ele não era pai da minha filha, não era obrigado a ajudar”

“ (...) Acho que a pessoa que me fez a proposta escolheu-me, porque não tinha marido, tinha uma filha e trabalhava num restaurante onde o salário não era a grande coisa e também gostava de festas, estar bem vestida, frequentar lugares assim sabes, isso também contribuiu e ajudou a fazer a minha cabeça e, na época aquele dinheiro mudaria muita coisa porque antes de ir já tinha recebido 50% do valor (cerca de 2500 €) sabia dos riscos mas a pessoa garantiu-me que eram os mínimos”. Paula

“ (...) Sou uma pessoa que sofreu muito nessa vida, mas vi nisso a oportunidade de mudar de vida e dar melhores condições de vida para os meus filhos... passaram a não sentir a necessidades e também não queria que eles passassem por aquilo que passei”. Maria

“ (...) Por desespero, trabalhava, o salário era muito baixo, estava na ilha de Boa Vista, apareceu uma pessoa que fez-me a proposta e eu aceitei, não fui enganada, sabia exatamente o que ia fazer e foi por causa do dinheiro para poder sustentar a minha família e vi nisso a oportunidade mandar os meus irmãos para a universidade e eu fui aliciada por uma mulher”. Sandra

“ (...) Tinha duas filhas menores e era eu quem cuidava delas, o pai delas não me ajudava com as despesas e estava desempregada, e fui motivada pelo desejo de mudar de vida e, no momento achei ser uma grande oportunidade”. Camila

Para essas mulheres, a decisão para a entrada no crime de tráfico de drogas tem como objetivo obter ganhos para ajudar a família, e pode-se constatar que essas mulheres

assumem a posição de “mulas” que hierarquicamente é uma posição subalterna no mundo do tráfico de drogas (as pessoas que transportam a droga).

5.3.3. Qualidade das relações estabelecidas nos EP

Alguma das nossas entrevistadas relatam que a sua relação com as colegas e técnicos eram boas.

“ (...) Tinha uma boa relação com todos dentro do EP, durante o tempo em que fui interna, nunca tive qualquer tipo de divergência com ninguém, também não seria nada inteligente da minha parte por não ter estado no meu país (...)” Paula.

“ (...) Tinha uma boa relação com os agentes prisionais, não tinha razões de queixa, sempre tratavam-nos bem e com as colegas também nunca tivemos nada, nenhum desentendimento... passava maior parte do tempo na biblioteca a ler livros (...)”. Maria

Para Sandra e Camila, as relações eram de igual modo boas com as colegas e difícil com os técnicos da reinserção social, mais concretamente, com os agentes prisionais.

“ (...) A relação com os agentes era péssima eles não estão preparados, nem têm formação ou ela é insuficiente para lidar com os recluso. Muitos deles estão lá não por amor a profissão mas por causa do salário, foi uma oportunidade e eles agarraram...com as minhas colegas a nossa relação era boa, cada uma respeitava o espaço da outra e apoiávamo-nos umas às outras(...)” Sandra.

“ (...) Tinha uma relação boa com as minhas colegas, eramos como família porque naquele momento só tínhamos umas a outras, passamos a ser como umas irmãs, diferentes mas na mesma situação (...) Com os agentes prisionais, era diferente, é não se indispor com nenhum deles, senão a tua vida dentro do EP torna-se o inferno...não era uma relação muito boa...uma mistura de medo e raiva (...)” Camila ”

5.3.4. Apoio durante a reclusão (família, amigos, comunidade, instituições, etc.)

O “tratamento penitenciário ao privilegiar o *modus operandi*, que enfatiza a disciplina, o controlo e a segurança sob os reclusos e reclusas (Granja, Cunha & Machado, 2014:271 *cit.* Craic, 2004) acaba por secundarizar e inviabilizar outras dimensões da identidade dos indivíduos, designadamente, as suas conexões familiares” (*cf.* Craic, 2004, *cit in* Granja, Cunha & Machado, 2014:271).

Pelas narrativas das entrevistadas, nota-se que o único apoio recebido vem das colegas e dos seus familiares, diferente de outros casos, Paula por ter estado reclusa num outro país não chegou a receber nenhuma visita durante todo o período em que esteve reclusa e muitas das vezes, reclusas que não recebem visitas com regularidade, encontram-se privadas do suporte material e afetivo.

“ (...) Como fui presa no Brasil, o único apoio que eu tive quando pisei dentro do EP foi das minhas colegas de cárcere, não recebia visitas porque não estava no meu país e, o único apoio vinha das minhas colegas reclusas (...) Também recebi o apoio da minha família, tinha-mos um telemóvel escondido, telefonava para a minha família sem que as agentes prisionais dessem conta, porque se fôssemos pegadas seríamos castigadas e isso pesava muito na nossa pena (...) ” Paula.

“ (...) Recebia do meu ex-marido e dos meus filhos que nunca me abandonaram (...) ” Maria.

“ (...) Quando cheguei no EP, o único apoio que recebi foi das pessoas que estavam na mesma situação que eu...entrei com a roupa do corpo e foram elas que me deram toalha para o banho, cuecas, sabão para o banho, lençol e até dividiram a cama comigo, foram elas que me acolheram (...) ”. Sandra.

“ (...) Fora da prisão só contei com o apoio da minha família, ela nunca me abandonou, estiveram sempre presentes e nunca me abandonaram (...) ”. Camila.

5.3.5. Cuidado dos filhos durante a reclusão

Na maioria dos casos, o cuidado dos filhos recai sobre as avós maternas, na impossibilidade de serem as avós, o cuidado fica na responsabilidade do companheiro. Um dos principais apoios que as mulheres recebem durante a reclusão é o cuidado continuado que os familiares oferecem aos filhos.

“ (...) A minha filha ficou com a minha mãe, como era ela que sempre ajudou-me a cuidar dela, quando resolvi vir para o Brasil ela continuou sob os seus cuidados (...) ”. Paula.

“ (...) Os meus filhos ficaram ao cuidado do meu ex-marido que era o padrasto deles...ele cuidava muito bem deles (...) Eles estavam bem cuidados, o meu marido não deixava que lhes faltasse nada (...) ” Maria.

“ (...) Quando fui presa tinha uma filha que ficou aos cuidados da minha mãe porque na época meu marido também foi preso...nos primeiros dias da minha reclusão, naqueles exames que eram feitos logo à entrada, descobri que estava grávida, e depois que a Comissão Nacional para os Direitos Humanos e Cidadania recebeu a denúncia por parte de visitantes eles foram averiguar e obrigaram-me a entregar o meu filho para um familiar cuidar, nesse caso entreguei a minha mãe para cuidar porque ou era isso ou o meu filho seria institucionalizado (...) ”. Sandra.

“ (...) As minhas 2 filhas ficaram ao cuidado da minha mãe (...) ” Camila.

Gonçalves e Lopes (2004) ao citarem Fox (1990, *cit.* por Pollock, 1998), dá-nos conta de que uma das maiores fontes de *stress* das mães reclusas prende-se com sensação da perda dos filhos como nos narra Camila apesar das filhas estarem sob os cuidados da sua mãe existe uma preocupação frequente. Já no caso da Maria, ao contrário daquilo que aconteceu com outras mulheres, o cuidado dos filhos passou para o seu companheiro, o que pode gerar um nível de ansiedade maior relacionados com a preocupação acerca dos cuidados que os filhos recebem durante esse período de reclusão... e de acordo com uma visão tradicionalista, as mulheres são, as principais prestadoras de cuidados (Gonçalves & Lopes 2004:155)

“ (...) Apesar de saber que elas estavam a ser bem cuidadas mas há sempre aquela preocupação, não conseguia dormir a pensar nelas... é muito difícil, nos primeiros meses chorava muito quando eu me lembrava delas... a mais velha não tinha pai e acabou por ficar sem mãe e ela já percebia um pouco as coisas isso era o qua mais me magoava... nos dias das visitas das crianças era o dia mais triste durante a minha reclusão e a despedida era muito triste (...) ” Camila.

“ (...) Ser mãe reclusa foi algo mais difícil para mim, quando os meus filhos tinham problema eu não estava lá para ajudá-los a ultrapassar... eu não dormia, passava dias e noites sem dormir, só pensava, não conseguia dormir (...) ”. Maria.

Nas narrativas da Sandra consta-se que o cárcere tem um impacto muito grande na vida das mulheres e dos seus filhos. O que se deve levar em consideração é que a maioria dos EP's não estão preparados para receber mulheres, sobretudo mulheres grávidas. Apesar das regras de Bangkok, assegurar que da mesma forma que as mulheres que não cumprem penas privativas de liberdade, as mulheres reclusas devem ter o acesso ao acompanhamento médico e a cuidados preventivos da saúde, pertinentes a sua condição de género para si e para o recém-nascido. A mesma regra assegura que deve-se sensibilizar os profissionais penitenciários sobre os possíveis momentos de angústia dessas mulheres a fim de procederem corretamente perante a sua situação e prestar-lhe apoio.

“ (...) Ser mãe é uma dádiva mas no contexto prisional não tens o direito de ser mãe porque ser mãe é quando consegues responder as necessidades do seu filho no momento e eu enquanto mãe reclusa, a única necessidade do meu filho que eu pude responder foi amamentar-lhe e dar-lhe o colo e chorar... não se pode ser mãe no estabelecimento prisional (...) Quando descobri a minha gravidez no EP, sugeriram que eu abortasse porque não havia condições para se ter um bebe lá dentro, depois de conhecer a realidade do EP, cheguei a pensar em abortar mas

meu marido e a minha mãe não permitiram, ela disse que ia cuidar até a minha liberdade, na época a minha filha mais velha tinha 11 anos de idade (...)” Sandra.

5.3.6. Experiência positiva e/ou negativas proporcionadas pela reclusão

Para algumas das nossas entrevistadas, a experiência prisional desencadeou só coisas negativas como no caso da Maria e Paula.

“ (...) Percebi que a liberdade não tem preço e mais uma vez pude experienciar a dor da distância e desta vez da pessoa que mais eu amo, a minha filha (...) “ Paula.

“ (...) Só trouxe-me coisas negativas, primeiro foi a perda da minha liberdade e segundo nesse período de reclusão não pude oferecer o amor de mãe aos meus filhos (...) Doía-me quando eu recebia visita da minha filha e ela queria que eu estivesse sempre vestida com uma roupa bonita para que ela lembrasse de mim assim (...)” Maria.

No caso da Sandra e Camila, a reclusão trouxe ensinamentos e valorização da liberdade.

“ (...) Ensinou-me a relacionar com as pessoas, a conhecê-las para além daquilo que vejo...trouxe-me grandes ensinamentos que levarei como comigo a vida toda...mostrou-me a importância da família e das amizades porque é na reclusão que consegues saber quem é quem (...)” Sandra.

“ (...) Aprendi a dar valor a liberdade, não há nada melhor do que estar livre, a liberdade de ir e de vir de escolher o que queres comer, com quem queres estar...ensinou a importância de um carinho, e de um sorriso, principalmente o sorriso das minhas filhas...pode parecer estranho mais aqui as pessoas não sorriem eu não me lembro de quando esbocei um sorriso (...)” Camila.

5.3.7 Interrupção de projeto, ou futuro projeto de vida proporcionado pela reclusão

As entrevistadas afirmam que a prisão interrompeu muita coisa nas suas vidas mas o acompanhamento e a relação da mãe e filhos é partilhada por todas.

“ (...) Interrompeu muita coisa... interrompeu o acompanhamento do crescimento da minha filha, deixei-a com 6 anos e hoje ela já é uma moça. Então não vi o seu desenvolvimento, não acompanhei a sua passagem da infância toda (...)” Paula.

“ (...) Deixei o meu trabalho, o meu negócio próprio... a prisão mudou a minha vida, foi algo que me marcou e que dói até hoje, dói-me mas tive que me afastar daquelas pessoas...é muita coisa junta (...)” Maria.

“ (...) Interrompeu-me o sonho de mandar os meus irmãos para a universidade, interrompeu vários projetos e vários sonhos...foram duros 5 anos longe da minha

família e dos meus filhos e privou-me da convivência familiar e materna (...)” Sandra.

“ (...) Interrompeu várias coisas, tinha planos e metas que pretendia atingir, inclusive o dinheiro que seria-me pago era para realizar um desses projetos...pretendia abrir um negócio próprio, terminar de estudar, pelo menos pretendia terminar o ensino secundário mas isso tudo ficou para trás (...)” Camila.

5.4 REINSERÇÃO SOCIAL E FUTURO PROJETO DE VIDA

5.4.1 Preparação para a reinserção social

Pelos relatos das nossas entrevistadas, não houve reinserção social por não haver um contacto na entrada, durante e após a reclusão e por não serem preparadas para a sua saída da prisão e reinserção na família e na comunidade.

“ (...) Eu não tive preparação para a reinserção social digamos assim e não digo que isso não existe lá dentro mas eu pelo menos não tive (...) No EP tinham técnicos como Assistentes Sociais e Psicólogos mas eu nunca cheguei a ter contacto com esses profissionais (...)” Paula.

“ (...) Nunca tivemos aquela preparação para a reinserção social, nunca cheguei a ser atendida por qualquer técnico dentro do estabelecimento prisional, havia sim formações mas nada que eu quisesse participar, por isso optei por ficar na cozinha (...)” Maria.

As mulheres valorizam tanto o trabalho porque buscam se adequar ao perfil de reinserida, isto é, agregam ao trabalho um certo valor como é o caso da Sandra e da Camila.

“ (...) A minha reinserção social a nível institucional não funcionou, ou seja não existiu porque deveria ter sido preparada e isso era um trabalho que deveria ter o início dentro do EP, com o assistente social e psicólogo e é um trabalho que deveria envolver a família uma vez que é a família e a comunidade que vão receber o ex. recluso, por isso é um trabalho que deve iniciar-se lá dentro (...) A minha reinserção social foi dificultada principalmente pela falta de estudos, como não tinha um grau elevado de escolaridade não pude ter acesso ao mercado de trabalho...pensei que era por ser ex-reclusa, não tinha experiência profissional mas que apesar disso se eu tivesse um diploma acho que poderia ter acesso a um trabalho mas não, hoje cheguei a conclusão de que é a própria reinserção social que não existe (...)” Sandra.

“ (...) Reinserção social foi uma experiência que não pude vivenciar, porque ela não existe, no papel sim, mas na realidade não existe. Tive a sorte de reinserir-me na minha família mas muitas não têm essa sorte...emprego desde que sai em liberdade não cheguei a ter, com uma escolaridade baixa, sem formação e ex. reclusa, ter um emprego é algo impossível (...)” Camila.

“ (...) Hoje considero-me inserida na sociedade mas esse processo aconteceu naturalmente sem qualquer ajuda profissional ou institucional ou seja sem passar por qualquer processo de reinserção social (...)” Paula.

“ (...) Nunca cheguei a ter ou a ser atendida por qualquer profissional na área de reinserção social, nem no momento da minha entrada no EP, nem durante a minha permanência e nem na preparação para a minha liberdade... para mim é como se não existisse porque se existiu eu não soube (...) Foi difícil porque tentei reerguer-me e reabrir o café... comecei a vender comida depois o meu ex. marido foi preso com medo voltei para Cabo Verde (...)” Maria.

“ (...) Considero-me inserida mas a minha reinserção social foi um caminho feito por mim tive que chegar perto e fazer as pessoas perceberem a minha história para poder ser aceita, por isso quando saí em liberdade tive que fazer várias palestras principalmente na minha comunidade por forma a dar a conhecer as pessoas a real situação para depois ser aceita... assim as pessoas começaram a mostrar maior empatia (...)” Sandra.

“ (...) Consegui inserir-me na minha família e na minha comunidade mas no mercado de trabalho nunca tive a oportunidade (...)” Camila.

5.4.2. Participação nas atividades/ Competências adquiridas nos EP

Para além das tarefas diárias relacionadas com a manutenção, limpeza, cozinhar que eram realizadas por todas, as entrevistadas participaram nas atividades de formação. Essas atividades podem ser um dinamizador do tempo, passado dentro do estabelecimento prisional.

“ (...) Tínhamos o nosso trabalho, íamos a aula à noite (...) eramos um numero reduzido para não haver confusão (...) Eu trabalhava na biblioteca da escola que ficava dentro do EP, tivemos aula de dança, fiz um curso de artesanato (...)” Sandra.

Havia formações como o croché por exemplo, cada uma fazia uma coisa e eu escolhi trabalhar na copa, lavava loiça (...) Não fiz nenhuma formação porque gostava de trabalhar na cozinha e de cozinhar... era cansativo porque eramos muitas mas era aquilo que eu gostava de fazer (...)” Maria.

“ (...) Tínhamos as nossas tarefas diárias... eramos divididas em grupo para limpezas, cozinha e outras para o banho de sol... não havia nada para se fazer além disso e começa a acumular dentro de ti coisas más (...) Quase no fim do cumprimento da minha pena de prisão fiz formação de cabeleireira, corte e costura, mediação de conflitos (...)” Sandra.

“ (...) Tinha as tarefas do dia-a-dia que realizava com as minhas colegas, depois não fazíamos mais nada... tinha uma sala de formação de cabeleireiro mas não na época estava tudo parado não sabíamos o porquê... se tivessem dado formação seria bom para mim porque eu já sabia fazer tranças e seria bom aprender novos penteados (...) Passado algum tempo, fiz formação em mediação de conflito mas era só a parte teórica não fazíamos a parte prática (...)” Camila.

5.4.3. Utilidade das Formações feitas nos EP

O trabalho é visto pelas mulheres, talvez como o único instrumento capaz de proporcionar a reinserção social, uma vez que, posicionam-se de uma forma positiva ante essas atividades desenvolvidas nos EP, almejando uma futura reinserção profissional, algo que não acontece, por não conseguirem ultrapassar o estigma prisional que as acompanha, segundo os relatos das mulheres. Trabalho para essas mulheres é uma forma de demonstrarem que o objetivo da reinserção social foi cumprido e quando acontece o contrário, reforça o estigma de ex-reclusa, ou seja, o trabalho para elas representa uma forma de realização pessoal e um certo progresso na sua trajetória. Reconhecem as atividades como necessárias na ocupação do tempo e na sua formação, mas não podem utilizar essas competências no acesso ao mercado de trabalho porque seriam sempre identificadas como ex-reclusas.

“ (...) Fiz um curso de artesanato que não me serve de nada, pouca coisa” Paula.

“ (...) Nenhuma, porque não chegas a ter um certificado com qualidade porque essas formações são patrocinadas pelo Ministério da Justiça...fazes a parte teórica mas não a parte prática, tem pouca qualidade as formações e, o teu certificado vem com o carimbo do Ministério da Justiça e do Estabelecimento Prisional... por isso rasguei todos os certificados antes a quando da minha saída porque sabia que não me serviriam de nada” Sandra.

“ (...) Para mim aquela formação não teve nenhuma utilidade, porque os certificados não te servem parecia mais um certificado de ex. reclusa do que de formação porque é basta as pessoas verem para não te darem a oportunidade por seres ex. reclusa, por isso ter feito e não ter feito não mudou nada na minha vida, dá no mesmo...é como se não tivesse feito” Camila.

5.4.4. Mudança nas relações sociais e familiares após reclusão

Nota-se que as mulheres ao narrarem que a relação familiar permaneceu forte em alguns casos e, isso torna mais fácil o acolhimento das mesmas após a sua saída da prisão. A saída do EP, pode significar a reconstrução dos vínculos fragilizados, sejam eles de amizade ou familiar. No segundo caso ele se reconstrói mais facilmente quando o contexto familiar o permite.

“ (...) Depois de ter saído não houve nenhuma mudança na relação entre mim e a minha família (...) mesmo distante ofereceram-me um suporte (...)” Paula.

“ (...) A relação com os meus filhos continuou a mesma, só com o meu ex. marido é que não deu certo após a prisão dele (...)” Maria.

“ (...) Não houve mudança na relação entre mim e a minha família e algumas amizades mantive outras nem por isso...o difícil mesmo é suportar os olhares e o preconceito (...)” Camila.

No caso da Sandra, a relação com a família mantém-se na medida em que a família ofereceu suporte durante e depois da reclusão, o mesmo não se pode dizer da sua relação com a filha mais velha segundo a mesma e, segundo Gonçalves e Lopes (2004: 156 *cit.* Greene; Haney; Hurtado: 2000) “muitas vezes as crianças sofrem de sentimentos de raiva, medo, culpa, luto, rejeição, vergonha e solidão... as crianças encontrar-se-ão mais vulneráveis pela exposição aos fatores de risco associados à sua família e a um contexto sociocultural e económico semelhante ao que os pais haviam tido”.

“ (...) A relação com a minha filha ficou um pouco abalada na época mas hoje as coisas mudaram, a minha família foi o meu suporte e apoiaram e apoiam até hoje...quando sai da prisão não tinha nada a minha família é que me apoiou. Em relação a amizades já não posso dizer o mesmo (...)” Sandra.

5.4.5. Projeto/expectativas de vida face ao futuro

Devido às dificuldades de reinserção no mercado do trabalho, sentidas por essas mulheres, elas declararam que pretendem abrir um negócio próprio porque o estigma de ser ex-reclusa torna difícil a conquista de um emprego/ trabalho formal. A abertura de um negócio próprio também pode estar relacionado com a qualidade das formações recebidas nos EP'S e leva-nos a questionar até que ponto as formações ministradas nos EP contribuem para a reinserção das mulheres ex-reclusas no mercado de trabalho formal.

“ (...) Penso em abrir um negócio, ser empreendedora... penso nisso (...)” Paula.

“ (...) Queria ter um negócio sustentável, terminar as obras da casa (...) Estou a tentar ver se volto para Portugal ver os meus filhos e netos porque não esperei renovar a autorização de residência e perdi o direito de voltar (...)”. Maria.

Apesar de não querer criar expectativas face ao futuro Sandra, pensa em prosseguir os estudos e continuar com um negócio próprio, por ser este o trabalho que garante o sustento da família.

“Aprendi a não criar expectativas para o futuro, tento viver um dia de cada vez e o máximo que eu puder...não tenho expectativas porque frustra as pessoas porque se não der certo vem a frustração. Todos os dias são de luta para mim, para não voltar no mesmo caminho (...)” Sandra.

“ (...) Penso em fazer uma licenciatura em Serviço Social mas sem deixar de lado o meu trabalho de cabeleireira porque gosto e é a forma que eu tenho de pagar a minha formação... gostaria muito de abrir uma ONG para acolher crianças com necessidades especiais, acolher-lhes, dar-lhes amor e mostrar-lhes o outro lado do mundo diferente daquele que eles conhecem (...)”. Também tenho um sonho de escrever um livro narrando sobre a minha passagem pelo EP (...)” Sandra.

“ (...) Projetos se eu os tiver não me lembro, foi por causa dos projetos que tive que fazer o que eu fiz, por isso não quero ter projetos (...)” Camila.

As mulheres reclusas demandam do SS, a mediação, principalmente com as suas famílias, no atendimento médico, entre outros serviços e o propósito do SS consiste em “ (1) melhorar as capacidades dos indivíduos para a resolução dos problemas e para lidar com as dificuldades enfrentadas, (2) ligar os indivíduos com os sistemas que lhes providenciam recursos, serviços e oportunidades (3) promover um funcionamento operativo e humanizado desses sistemas (4) contribuir para o desenvolvimento e melhoria da política social” (Branco, 2017: 61).

Enquanto reclusas, a expectativa dessas mulheres era serem tratadas com dignidade, esperando que o SS possibilite um ambiente carcerário mais humanizado em relação aos avanços do sistema jurídico-penal. Espera-se também que os assistentes sociais enquanto educadores e profissionais de reinserção possam exercer a advocacia na representação da voz destas mulheres, identificando as suas necessidades e procurando os recursos e as respostas necessárias à resolução dos seus problemas.

Os valores defendidos pelo serviço social (dignidade humana, direitos humanos e justiça social) terão de ser enquadrados nas necessidades de segurança e gestão de riscos inerentes ao sistema prisional, a par de uma atuação pedagógica e reabilitativa que coloca ao lado da “punição” a necessidade de perdão e reinserção (cf. Robinson, 2008).

Para tal, acreditamos que são necessário Políticas Públicas afirmativas da inclusão social, seria o ideal criar parcerias com instituições, ONG, para um maior engajamento da sociedade civil nesse processo de reinserção social. Criar políticas de apoio as famílias e filhos das mulheres reclusas, principalmente aquelas que antes e após a reclusão são e continuam sendo chefes de família. É necessário também, rever os cursos ministrados nos EP e, criar incentivos às empresas no sentido de se envolverem nesse processo de reinserção social, gerando emprego para essa população específica.

Parte III- Considerações Finais

Partindo do contexto simbólico específico das mulheres ex-reclusas, o trabalho teve como objetivo compreender as consequências do cárcere na trajetória de vida dessas mulheres, no destino momento dessas trajetórias que foram reclusas por crime de tráfico de droga.

Como abordado neste trabalho, tem aumentado o número das mulheres no cárcere por crimes de tráfico de drogas e o perfil dessas mulheres é marcado por contextos de exclusão, pobreza, trabalho infantil, abandono escolar e inserção no mercado de trabalho precário. São mulheres jovens, mães, na maioria chefes de família monoparentais, geralmente com suporte de outras mulheres da sua rede familiar no sentido de melhorar a realização das tarefas relacionadas com a economia dos cuidados. São mulheres com experiências de uma maternidade precoce e uma entrada para o mercado de trabalho ainda durante a idade que corresponderia ao seu percurso de escolaridade.

Relativamente, aos discursos das MER, nota-se que as suas narrativas giram em torno da família e, percebe-se que o delito que as conduziu ao cárcere é motivado direta ou indiretamente pela família, tendo como objetivo a garantia de melhores condições de vida. As suas narrativas vão ao encontro do que os autores apresentados no trabalho abordam, no sentido que por trás da criminalidade das MER, há sempre um terceiro que impulsiona a sua inserção/iniciação para o crime.

As narrativas das Mulheres entrevistadas denotam diretamente a questão do impacto do cárcere na vida familiar; nota-se que este tem maior impacto na trajetória familiar dessas mulheres, na medida em que, as mulheres são responsáveis por dar resposta a um conjunto de necessidades que vão desde as tarefas domésticas, à prestação de cuidados a crianças e outros familiares dependentes, bem como a economia doméstica (Granja, Cunha & Machado, 2014). Deste modo, acreditamos que o encarceramento feminino pode levar ao empobrecimento das famílias em função da perda da provedora, tornando-se importante um estudo que analise o impacto da prisão na vida das pessoas que dependiam de alguma forma do trabalho dessas mulheres. O corte da relação com os filhos é também frisado como um momento de dor e de preocupação para estas mães. Seria interessante podermos ouvir o relato de algumas destas crianças e jovens.

Notamos também, que o apoio dos parentes assume um papel de extrema importância, uma vez que esse apoio estende-se às reclusas desde a esfera afetiva, psicológica e, até mesmo financeira, quando as mesmas estiveram impossibilitadas de temporariamente exercer uma atividade profissional. Os testemunhos recolhidos mostram que, quando apoiadas pelos familiares, as reclusas sentiam-se mais incentivadas a cumprirem de forma correta a pena de prisão prevista.

Consideramos um pouco contraditório falar-se da reinserção social dessas mulheres, quando observamos que essas mulheres são provenientes de contextos sociais excluídas e economicamente mais fragilizados. Sendo a pobreza estrutural, haveria de haver uma atuação também ao nível das famílias e da melhoria das suas condições existenciais.

Por outro lado, através do trabalho e das formações profissionais que são ministradas dentro dos estabelecimentos prisionais, muitas das mulheres tem a sua primeira formação profissional dentro desse espaço, essas formações visam desenvolver novas competências e despertar nas reclusas a cultura do trabalho formal/ ou criação do auto emprego e conseqüentemente a reinserção social.

A relação que as mulheres ex-reclusas fazem das formações profissionais ministradas nos EP e reinserção social é que estas não facultam a entrada no mercado de trabalho, porque essas mulheres quando estão em liberdade deparam-se com uma realidade totalmente diferente, uma vez que o estigma da prisão as acompanha, o que torna difícil o acesso ao emprego, ou ao microcrédito e logo, uma grande dificuldade na geração do auto emprego.

O ponto positivo dessas formações ministradas nos EP é que elas podem atuar como uma forma de ocupar a maior parte do dia das reclusas, por outro lado, pode funcionar como uma forma de diminuir a ociosidade e os conflitos internos e, de uma certa forma a indisciplina entre as mulheres reclusas.

Para as reclusas pode ser uma forma de capacitação mas, também de passar o tempo, tornando a sua permanência no estabelecimento prisional menos penosa, como referiram algumas mulheres que dizem ter-se desligado da realidade em que viviam quando faziam formação ou trabalhavam nos EP.

Na perspectiva institucional, essas atividades formativas são utilizadas com a ideia de que, ensinam às reclusas a importância do trabalho e, por isso recebem as formações, no sentido de serem úteis à sociedade e de se realizarem como pessoas mas de uma forma ativa. Logo, o que estas mulheres experienciam fora dos estabelecimentos prisionais é que o trabalho carcerário e as formações profissionais não têm um efeito benéfico para elas, uma vez que, esse trabalho não tem um efeito profissionalizante e as formações são incompletas por não se cumprir a última etapa da formação que é o estágio profissional e a sua inserção em contexto real de trabalho.

A experiência adquirida dentro do EP muitas das vezes não pode ser usada pelas reclusas, uma vez que revelá-la significa contar o seu passado. Acreditamos que, para as MER que pretendam de facto sair da criminalidade, tentando esquecer o crime, a procura do emprego é o momento pela qual elas são lembradas do seu antigo *status* sendo desta forma, afastadas de qualquer possibilidade de conseguir um emprego/trabalho; quando isto acontece, a reinserção social pelo trabalho e formação profissional tornam-se um mito. Sendo assim, torna-se importante repensar as ações e as políticas públicas voltadas para a formação e a inserção social da população reclusa.

Por fim, apesar das mudanças operadas ao longo dos anos na conceção do cárcere, associadas a um modelo mais humanitário, nota-se uma assimetria entre o desenho das políticas públicas e a realidade, principalmente no que tange a questão do género e prisão bem como a reinserção social. Seria necessário focar os programas de reinserção na educação e na formação das mulheres durante o seu tempo de reclusão, possibilitando um estágio profissional, orientado e vigiado, em contexto de trabalho protegido, facultando o treino de competências específicas e uma verdadeira inserção no mercado de trabalho. Um programa familiar de apoio social e económico a muitas destas famílias, ajudaria a quebrar o ciclo de reprodução da exclusão, destas mães e destes filhos.

Referências Bibliográficas

- Aires, L. (2011). Paradgma Qualitativo e Praticas de Investigação Educacional. Universidade Aberta, pp.70.
- Albuquerque, Cristina e Arcoverde, Ana Cristina (2017). Serviço Social Contemporâneo, Reflexividade e Estratégia, Lisboa, Pactor.
- Almeida, G. (2003). Cabo Verde, Viagem pelas Histórias das Ilhas . Cabo Verde, Ilheu Editora.
- Almeida, R. O. (2000). Mulheres que Matam: O Universo Imaginário do Crime. 266. (U. F. Ceará, Ed.) Fortaleza.
- Almeida, H. N. (2013). "Gestão de Casos e Mediação Socical, Abordagens, Procesos e Competências", in Clara Santos, Cristina Albuquerque, Helena Almeida, Srviço Social, Manutenções e Desafios, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Amaro, (2015).Urgência e Emergências do Serviço Social, Lisboa, Universidade Católica, Editora.
- Araújo, A. C. (2015). OS técnicos Superiores de Reeducação eos Trabalhos Prisionais. *Dissertação de Mestrado em Crime, Diferença e Desigualdade* , 83. Minho, Portugal: Universidade do Minho .
- Barcinsk, M. (21 de Jul. de 2009). Centralidade de Género no Processo de Construção da Identidade de Mulheres envolvidas na Rede do Tráfico de Drogas. (U. F. Fluminense, Ed.) *Ciências & Saúde Coletiva, Vol. 5*, pp. 1843-1853.
- Barcinski, M. (2008). *Women in Drug Trafficking: the identity construction of Brazilian reformed Criminal*. Saarbrücken, Riga Letónia: VDM Verlag Dr. Muller.
- Barcinski, M. (Jan.-Jun. de 2012). Mulheres no tráfico de drogas: a criminalidade como estratégia de saída da invisibilidade social e feminina. (P. d. Sul, Ed.) *Vol. 5*(Contextos Clínicos), pp. 52-61.
- Barcinski, M., & Cúnico, S. D. (jan.-mar. de 2016). Mulheres no Tráfico de Drogas: Retratos da Vitimização e do protagonismo feminino. (P. d. Sul, Ed.) *Mulheres e Violência, v.16*, pp. 59-70.

- Beleza, T. (Jan.-Junho de 1988). Mulheres e Crime: Sistema Penal e a Construção do trabalho Género no Direito Penal. 29-47. (R. d. APEM, Ed.) Lisboa.
- Boni V. e Quaresma, S. (Jan.-Jul. de 2005). Aprendendo a Entrevistar: Como Fazer Entrevista em Ciências Sociais. *Vol. 2, Nº1*, 68-80. (UFSC, Ed.) Obtido em 14 de Janeiro de 2020, de <http://www.unisc.br>
- Branco, F. Fernandes. (1991). O Serviço Social em Portugal:Trajetória e Encruzilhada. *Rev. Intervenção Social* , pp. 1-19. Obtido em 01 de Ago. de 2021, de <http://www.cpihts.com/Nova%20pasta/SS%20Portugal.pdf>
- Branco, F. (2017). O Serviço Social como elemento substantivo da efectivação da Política Social. *Ética Aplicada- ProteçãoSocial* , pp. 49-73. Universidade Católica Portuguesa.
- Cabo Verde Decreto-Legislativo 6/2018. Visit. Em 19 de Setembro de 2021. Disponível em [bo_31-10-2018_70 estabelecimento prisional.pdf](#).
- Cabo Verde Decreto-Legislativo 58/95 (1993). Visit. Em 19 de Setembro de 2021. Disponível em [bo_31-10-2018_70 estabelecimento prisional.pdf](#).
- Carlen, P. (1993). Women, Crime, Feminism and Realism In Stevi Jackson et al (orgs) *Women's Studies: Essential Readings*. 316. (N. Y. Press, Ed.) New York.
- Claude, Dubar, (1997), *A Socialização, construção das identidades sociais e profissionais*, Porto, Porto Editora.
- Cunha M. (1994).Malhas que a Reclusão Tece: Questões de Identidade numa Prisão Feminina de Lisboa, CEJ., pp. 213.
- Cunha, M. (2008). Prisão e Sociedade: Modalidades de uma Conexão, em Manuela Cunha (org), *Aquém e Além da Prisão: Cruzamento e Perspectivas*. Em *Prisão e Sociedade* (pp. 07-32). Lisboa: Editora Noventa Graus. Obtido em DEz de 2021, de http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/7724/1/Pris%c3%a3o_e_Sociedade.pdf

- Duarte, V. M; Carvalho M. J. (2013).(Entre) olhares sobre a delinquência no feminino. *ExAequo*, (28), pp. 1-14.
- Faria, T. (2008). Mulheres no Tráfico de Pessoas:Vítimas e Agressoras. *Cadernos Pagu*, pp. 151-172. Obtido em 03 de Maio de 2020, de <https://www.scielo.br/j/cpa/a/Z8RyfF3GwbhTMJ3M9njhgp/?lang=pt>
- Fortes, P. Entrevista em 20/21 (m/m)
- França, M. H. (Jul.-Dez. de 2014). Criminalidade e Prisão Feminina:Uma Análise da Questão de Género. (R. Ártemis, Ed.) *Vol. 18*(Estudo de Género, Feminismo e Sexualidades), pp. 212-227. doi:10.15668/1807-8214
- Godoy, A. S. (1995) M. H. (Jul.-Dez. de 2014). Introdução à Pesquisa Qualitativa e as suas Possibilidades RAE Artigos. São Paulo. Vol. 35. Nº 2, pp. 57-63.
- Gomes, R. (s.d.). A Dimensão Simbólica da Violência de Género: Uma Discussão teórica. (FIOCRUZ, Ed.) pp. 237-243. Obtido de <http://psicologiasocial.uab.es/athenea/index.php/atheneaDigital/article/view/520>
- Granja, R. C. (2014). Reclusão Feminina e Processos de Reconfiguração Familiar. Em R. Simas (Ed.), *A vez e a voz da mulher: Relações e Migrações* (pp. 269-282). Lisboa: Lisboa Colibre . Obtido em 26 de 07 de 2021, de https://www.researchgate.net/publication/281783529_Reclusao_feminina_e_processos_de_reconfiguracao_familiar
- Gregory, J. (1993). Sex, Class and Crime. In Stevi Jackson et al. (orgs.). *Women's Studies: essential readings*. pp. 316-317.
- Guerra, Isabel (2006), *Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo, sentidos e formas de uso*, Lisboa, Principia.
- Heidensohn, F. (1985). *Women and Crime* (1ª Ed. ed.). Macmillan Press LTD.
- Hermann, D. (2019). *Mulheres Encarceradas e o Rompimento dos Laços Sociais*. (U. F. Sul, Ed.) Porto Alegre , Brasil. Obtido em 03 de Nov. de 2019, de <http://hdl.handle.net/10183/196164>
- Herrington, V. Nee. (2005). *Self-perceptions, masculinity and female offenders*. Obtido de *Internet Journal of Criminality*: Obtido em 07 de Mai. de 2020

https://www.researchgate.net/publication/242601033_Self-perceptions_masculinity_and_female_offenders/citation/download

- Iamamoto, M. (2000). O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, pp.203.
- Iamamoto, M; Carvalho, R , D. (1982). Relações Sociais e Serviço Social no Brasil. Esboço de uma Interpretação Histórica e Metodológica. São Paulo. Cortez.
- INE, (2019). Estatísticas do Mercado de Trabalho, Cabo Verde, Disponível em www.ine.cv .
- INE. (2018). Recenseamento Prisional, Cabo Verde.
- INE. (2017). Estatísticas das Famílias e Condições de Vida. Inquérito Multi-Objetivo e Contínuo, Cabo Verde. Disponível em https://ine.cv/wp-content/uploads/2018/06/imc-2017-condicoes-de-vida_site-1.pdf
- INE, (2013). Estatísticas do Emprego e do Mercado do Trabalho. Disponível em www.ine.cv.
- Lombroso, C; Ferrero, G. (1923). La Donna Delinquente la prostituta e la donna normale. (4º Ed.)Torino Fratelli Bocca, Editori.Fiorenza-Palermo, pp. 640.
- Lopes, M. (2007). As Mulheres na Prisão...Percurso em Família. In *Polícia e Justiça, Loures, III Série*(Edição Especial), pp. 153-169.
- Marconi, M. D. (2003). Fundamentos de Metodologia Científica. p. 310.
- Monteiro J. P. (2017). As Políticas de Reinserção Social: Estudo Exploratório no Estabelecimento Prisional de Tires. ISCTE-IUL-Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, pp. 93.
- Narvaz, M. G., & Koller, S. H. (2006). Famílias e Praticado: da Prescrição normativa à subversão criativa. *Psicologia & Sociedade* , V.18, pp. 49-55.
- Oliveira C. (2014). Reclusão Feminina e Processos de Reconfiguração Familiar. Em R. Simas (Ed.), *A vez e a voz da mulher: Relações e Migrações* (pp. 269-282). Lisboa: Lisboa Colibre . Obtido em 26 de 07 de 2021, de https://www.researchgate.net/publication/281783529_Reclusao_feminina_e_processos_de_reconfiguracao_familiar

- OIT. (2019). *Relatório Global Sobre Salário 2018/2019: O que está por Trás da diferença salarial entre homens e mulheres*. Organização Internacional do Trabalho , Bureau Internacional do Trabalho, Genebra pp.200 .
- ONU, Regras mínimas para tratamento de prisioneiros (1993). Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/fpena/lex52.htm>
- Ministério da Justiça (2019), Plano Nacional de Reinserção Social para o Período 2019-2023 CaboVerde.
- Portugal, Decreto-Lei nº 126/2007 de 27 de Abril. Disponível em https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=917&tabela=leisJ
- Quivi, R. C. (1992). *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (1ª Ed.). Lisboa : Gradativa.
- Rago, M. (1998). Descobrimo Historicamente o Género. (C. P. Universidade Estadual de Campinas, Ed.) *Trajetória do Género e Maculindade*, pp. 89-98. Obtido em 03 de 05 de 2020, de Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634465>
- Ratton, J. L. (2011). Crime e Género: Controvérsias Teóricas e Empíricas sobre a Agência Feminina. *XV Congresso Brasileiro de Sociologia*. Curitiba, PR.
- Robinson, G. (2008). “Social Work in the Criminal Justice Sistem”, in Davies, Marin, 2008, *The Blackwell Companion to Social Work*, Blackwell Publishing.
- Santoro, E.; Pereira, A. (Jan.-Jun. de 2018). Género e Prisão: o Encarceramento de Mulheres no Sistema Penitenciário Brasileiro pelo crime de Tráfico de Drogas. (U. FUMEC, Ed.) *V.13*, pp. 87-112. doi: <https://doi.org/10.46560/meritum.v13i1.5816>
- Schawartz, J. S. (Jan. de 2004). Contemporary Explanations of Women's Crime. *In the Criminal Justice System and Women: Offenders, prisoners and Workers.*, pp. 94-111.
- Soares, B. M. (2002). *Prisioneiras: Vida e Violência Atrás das Grades*. RJ: Garamond, LTD.

- Souza, K. O. (Out.-Dez. de 2009). A pouca Visibilidade da Mulher Brasileira no Tráfico de Drogas. (P.-B. Universidade Estadual de Maringá, Ed.) *Vol.14*(Psicologia em Estudo), pp. 649-657.
- Souza, S. B. (Nov. de 2005). Criminalidade Feminina: Trajetórias e Confluências na Fala de Presas de Talavera Bruce. *Democracia Viva* , N°33, pp. 10-16.
- Steffensmeier D. Allan, E. (1996). Gender an Crime: towarda gendered theory of Famale fending. Em *Annual Review of Sociology*. Obtido em 03 de 05 de 2020, de <https://www.annualreviews.org/doi/full/10.1146/annurev.soc.22.1.459#article-denial>.
- Vieira I. (2020), Seminário Projeto de Investigação. Mestrado em Serviço Social.
- Vilelas, J. (2009). Investigação- O processo de Construção do Conhecimento, 1ª Ed. Lisboa, Edições Sílabo, lda, pp. 501.

Anexos

Anexo I Guião de Análise das Entrevistas

Anexo II Grelha de Análise das Entrevistas às Mulheres

Anexo III Consentimento Informado

Anexo 1. Guião de Entrevistas às Mulheres

Guião de Entrevista

Bom dia/ Boa Tarde

Agradeço desde já a sua disponibilidade para a realização desta entrevista.

Chamo-me Nadira frequento o curso de Mestrado em Serviço Social na Universidade Católica Portuguesa.

No seguimento da realização da minha dissertação escolhi como tema Dissertação escolhi como tema Mulheres Criminalidade e Reclusão: Narrativas de mulheres ex. reclusas por crime de tráfico de droga, por forma a tentar perceber as causas da participação feminina no tráfico de droga e o impacto da prisão nas suas relações.

Caraterização da pessoa entrevistada

Idade

Estado civil

Escolaridade

Profissão (antes da detenção)

Agregado Familiar

Tempo de permanência em EP

Tempo da pena

PARTE I – Dados Biográficos

1. Antes do Delito

1.1 Com quem vivia antes de ser presa?

1.2 Família/relação com o cônjuge

1.3 Família/ relação com os filhos

1.4 Presença dos pais/ relação com os pais

1.5 Família alargada/ relação com outros familiares

1.6 Aspetos mais marcantes do seu percurso de vida (positivos e negativos)

PARTE II - Delito/Experiência Prisional

2. Desvio e Risco

2.1 Pode descrever-me qual foi o primeiro delito que cometeu?

2.2 Quantas vezes foi presa?

2.3 Gostaria que me falasse do ato que a levou a prisão, consegue explicar o que a motivou a tal ato?

2.4 Como se sentiu quando foi presa?

3. A Experiência Prisional

3.1 Pode descrever o seu dia-a-dia na prisão?

3.2 Como classifica as condições dos estabelecimentos prisionais/ principais problemas?

3.3 Que tipo de relação criou ou mantém como as suas colegas reclusas?

3.4 Qual a qualidade das relações que se estabelecem nos Estabelecimentos Prisionais com os agentes prisionais e os técnicos?

3.5 Participa de alguma atividade dentro da prisão (escolarização, trabalho, formação profissional, etc.) e o que pensa sobre isso?

4. Reinserção social/ o regresso do sujeito à liberdade

4.1. Que oportunidades teve para preparar a sua reinserção social?

4.2 Considera que o processo para a reinserção social foi fácil, difícil?

4.3. Que fatores facilitam o processo de reinserção social: treino de competências, apoio da família, dos amigos, das instituições, etc.

4.4. Que fatores podem vir a dificultar a sua reinserção social?

4.5. Após a vivência da reclusão quais as principais mudanças que aconteceram (consigo própria, com a família, com a comunidade)?

Anexo 2- Grelha de Análise das Entrevistas

Trajetória Familiar Infância e Juventude	
Recordações da Infância e Juventude	
Entrevista Paula	<p>“ (...) Quando Criança tinha uma vida normal, frequentava a escola, brincava, fazia tudo o que uma criança daquela idade fazia. Depois viajei para a Holanda para morar com uma tia como não tinha o nome do meu pai no meu documento, consegui viajar sem a sua autorização”.</p> <p>“ (...) Fui para morara com a minha tia não consegui adaptar-me, não tinha lá os meus irmãos, os meus primos, minha mãe nem os meus amigos, sentia-me muito triste, chorava muito e pedia sempre para regressar à Cabo Verde (...) não me faltava nada, tinha melhores sapatos, roupa, tudo o que uma criança da minha idade quisesse e pudesse ter mas não tinha o que mais queria, a minha mãe, por isso voltei (...) hoje vejo a oportunidade que perdi (...) ”.</p>
Entrevista Maria	<p>“ (...) Quando eu era criança estudava, a maior parte do meu tempo era ocupado pelos afazeres domésticos... lavava roupa ia buscar água para o uso doméstico (...) ”</p> <p>“ (...) Tinha-mos uma pequena horta, o meu pai era um homem trabalhador, quando ele ficou assim com mais idade as coisas complicaram-se, por isso, fui trabalhar na extração de areia do mar para ajudar nas despesas da casa (...) ”</p> <p>“ (...) Além da extração de areia, lavava roupa das pessoas e elas pagavam-me, tinha 15 anos de idade na época. Depois comecei a perder muito peso com a extração de areia o meu pai aconselhou-me a deixar de fazer esse trabalho por isso fui tentar vender cuscuz e leite de vaca, andava muito e muita das vezes não vendia nada, veio o desânimo e pedi aos meus pais para me deixarem voltar a trabalhar na extração de areia (...) ”</p>
Entrevista Sandra	<p>“ (...) Tinha uma vida normal, frequentava a escola, brincava com os meus amigos e com os meus irmãos...era uma criança como outra qualquer (...) ”.</p> <p>“ (...) Tinha-mos uma vida muito boa, tinha-mos carro, vivíamos bem porque o meu pai mandava sempre dinheiro e bens da França, nunca sentíamos necessidade de nada...eramos uma família de posses (...) ”.</p> <p>“ (...) O meu pai veio de férias num dia e morreu no outro dia de acidente de moto...isso foi o maior choque para a minha mãe...ela entrou em depressão, tornou-se alcoólatra e começamos por perder tudo...chegamos a passar fome...por isso com 14 anos tive que abandonar a escola para poder trabalhar e cuidar da minha mãe e dos meus irmãos.</p> <p>“ (...) Saí de casa da minha mãe muito cedo, tornei-me independente...com 15 anos tive a minha primeira filha (...) ”.</p>
Entrevista Camila	<p>“ (...) Quando era miúda gostava muito de brincar na rua com os meus amiguinhos, íamos muito á praia porque morava-mos ao pé da praia, os meus pais não brincavam muito comigo e com os meus irmão mas isso não era algo que nos deixavam tristes porque na época podíamos brincar com outros amigos e não</p>

	<p>sentíamos falta de brincar com eles e eu gostava muito de ser criança... o meu tio era pescador e sempre levava peixe para casa e ficava-mos a brincar de peixeira, era divertido. Tinha-mos maior liberdade porque eramos livres de brincar não tinha perigos como agora (...)</p> <p>“(...) Frequentava a escola e era feliz digamos assim, tinha amigos, irmãos (...)</p>
Relação Afetiva Familiar	
Entrevista Paula	“(...) Uma boa relação com a minha família, o meu pai não foi presente, mas a minha mãe e os meus irmãos sim”.
Entrevista Maria	“(...) Os meus pais eram sempre presentes e eu não tive a oportunidade de aproveitar o que eles tinham para oferecer, carinho, amor... eles foram tudo na minha vida, tinham sempre um ombro amigo para me oferecer (...)
Entrevista Paula	“(...) Relacionava-me muito bem com a minha família, com os meus irmãos e com a minha mãe...meu pai emigrou para França e só convivía com ele quando vinha de férias para Cabo Verde mas a nossa relação era boa (...)
Entrevista Camila	“(...) Relacionava-mos bem, a relação com o meu pai era mais complicada porque ele era uma pessoa pouco tolerante, depois da minha gravidez a nossa relação não era muito boa mas com o nascimento da minha filha ele mudou, ele foi a primeira pessoa a ver a minha filha, já a minha mãe era mais liberal e compreensiva, apoiou-me quando o meu pai quis que eu interrompesse a gravidez, ficou do meu lado independentemente da decisão (...)
Trajectoria Escolar	
Entrevista	“(...) Comecei a estudar em Cabo Verde, depois fui para a Holanda e comecei a estudar lá, quando regresssei dei continuidade aos estudos, estudei até ao 12º ano de escolaridade. Depois disso tive que parar de estudar, entretanto engravidei e não quis mais saber de estudar (...)
Entrevista ZA	“(...) Estudei até o 4º ano, o meu padrinho pediu aos meus pais que me deixassem ir morar com ele e a família na cidade para dar continuidade aos estudos mas eles não permitiram por eu ser mulher e na cidade podia vir a ser ‘puta’. O meu padrinho insistiu muito mas não foi possível convence-los (...) <p>“(...) Tomei o meu diploma de 4º ano e fui trabalhar até hoje (...)</p>
Entrevista SA	“(...) Estudei até ao 8º ano e tive que abandonar o sistema de ensino para poder trabalhar (...)
Entrevista CA	“(...) Estudei muito pouco, até o 9º ano, engravidei da minha primeira filha por isso acabei por deixar a escola (...)
Fase Adulta/Antes do Delito	
Trajectoria Familiar	
Entrevista SO	“(...) Depois de engravidar fui morar na casa dos pais do meu marido. As coisas ali eram diferentes do que lá em casa. Passado algum tempo ele passou a bater-me e de tanto apanhar resolvi ir embora, peguei na minha filha e nas nossas coisas voltei para casa da minha mãe por um tempo, depois aluguei uma casa para mim (...)
Entrevista ZA	“(...) Aos 25 anos já tinha 2 filhos e já estava a morar na cidade e a trabalhar (...) <p>“(...) no dia que eu ia viajar para Portugal não tive coragem de contar para os meus pais e o meu filho, tinha tanto medo de fazê-lo, de dizer para o meu pai que ia sair do país, por isso disse-lhe que eu ia para outra ilha começar um negócio e comecei a</p>

	chorar muito e sendo ele uma pessoa esperta pediu-me para lhe falar a verdade...mas não tive coragem (...)”.
Entrevista SA	“(...) Antes do delito, morava na minha casa porque fui independente muito cedo, tinha uma vida normal (...)”
Entrevista CA	“(...) Morava num bairro da cidade com muitas dificuldades de saneamento, desemprego, álcool e drogas, desde de sempre morei com os meus pais... depois que engravidei da minha segunda filha, fui morar com o pai dela mas como não deu certo voltei para casa dos meus pais.
Experiência com Trabalho/Emprego	
Entrevista SO	“(...) Depois de ter deixado o pai da minha filha passei a trabalhar num restaurante (...) “o salário não era grande coisa mas dava para alguma coisa (...)”
Entrevista ZA	“(...) Continuei a fazer extração de areia para poder criar os meus filhos (...)”. “(...) Conheci um casal português, indicada por um antigo patrão, eles simpatizaram comigo e convidaram-me para trabalhar como empregada doméstica, passado uns anos a missão deles em Cabo verde chegou ao fim, eles regressaram para Portugal com a promessa de ajudar-me a ir também (...)”. “(...) Em Portugal trabalhei numa fábrica de especiarias depois tiver que encerrar as atividades... depois disso comecei a vender comida, abri um café (...)”
Entrevista SA	“(...) Trabalhei sempre desde os 14 anos, fazia penteados e cheguei a trabalhar como camareira num hotel (...)”.
Entrevista CA	“Eu trabalhei muito pouco depois de adulta...depois que conheci meu ex. marido ele não permitiu que eu trabalhasse. Dizia para ficar em casa e cuidar das coisas de casa e das miúdas, por isso não digo assim que trabalhei pelo menos fora de casa nunca trabalhei desde que fui morar com o meu marido (...)”.
Aspetos marcantes do percurso de vida	
Entrevista SO	“(...) Foi a perda da minha liberdade, fui presa no Brasil, lugar onde não tinha ninguém e tive que ficar afastada da minha família (...)”.
Entrevista ZA	“(...) A minha vida foi sempre cheia de sofrimento... foi sempre dura... a vida pregou-me partidas tristes, sempre com lagrimas nos olhos (...)”. “(...) Tem muitas coisas que marcou-me nessa vida, muitas coisas negativas (...)”.
Entrevista SA	“O que mais me marcou na minha vida foi a morte do meu pai, foi mesmo só perdas, foram coisas negativas que me marcaram, primeiro foi a perda do meu pai, depois veio a morte dos meus dois irmãos, um foi assassinado e o outro morreu de doença (...)”.
Entrevista CA	“Foi a gravidez e o nascimento da minha primogénita, quando engravidei o pai não aceitou, passei por muita coisa para cuidar dessa criança e só podia contar com os meus pais...até hoje luto na justiça para obriga-lo a reconhecer a paternidade e a segunda coisa foi a separação do pai da minha segunda filha que também não me ajuda com a pensão alimentícia e tive que recorrer à justiça para que isso acontecesse mas mesmo sendo obrigado a pagar o mesmo não tem acontecido (...)”.
Relação com a comunidade	
Entrevista SO	“(...) Relacionava-me muito bem com todos, com vizinhos e amigos, posso dizer que tinha uma boa relação com a minha comunidade”.
Entrevista ZA	“(...) Eu tinha uma boa relação com a comunidade onde eu morava, tanto em Cabo Verde quanto em Portugal, apesar de não me relacionar muito com a comunidade (...)”.

Entrevista SA	“ Eu não tinha nenhuma relação com a comunidade, como saí de casa muito cedo fui morar numa outra comunidade mas hoje tenho uma relação estreita e íntima, todos me respeitam, tornei-me um exemplo de superação, todos que conhecem a minha história sabem o quanto eu fui forte (...) ”.
Entrevista CA	“ Tinha uma boa ralação com a minha comunidade, participava nas atividades que realizavam, participei num grupo de coral da igreja mas depois desliguei-me de tudo, fiz amizades erradas (...) ”.
Situação económica ao longo da vida	
Entrevista SO	“ (...) Quando criança viajei para a Holanda tinha tudo que uma criança podia ter, melhores sapatos roupa, não me faltava nada, mas sentia-me muito triste por estar longe da minha mãe, dos meus irmãos e dos meus amigos, por isso chorava muito e pedia sempre para regressar...hoje já adulta vejo a oportunidade que perdi (...) ”. (...) Nós não eramos assim ricos mas nunca passamos fome, o mais importante era ter o que comer (...) Depois de ter deixado a casa dos meus sogros e ter começado a trabalhar, não ganhava muito porque não dava para pagar todas as despesas, mas tinha o meu namorado que me ajudava porque também já tinha uma filha e quem cuidava dela era eu e a minha mãe (...) ”.
Entrevista ZA	“ Na infância nunca passei fome, tínhamos horta, onde fazíamos plantações e eu também trabalhava
Entrevista SA	“ (...) Sempre tivemos uma boa situação económica...depois da morte do meu pai e a depressão da minha as coisas se complicaram, passamos por muitas necessidades (...)”.
Entrevista CA	“ (...) Na minha infância e juventude, tínhamos uma vida normal, não tínhamos assim tanto dinheiro mas pelo menos não passava-mos necessidades, depois do divórcio dos meus pais as coisas tronaram-se mais difíceis, já tinha duas filhas sem pai (...) ”.
Delito/Experiência Prisional	
A primeira experiência Criminal	
Entrevista SO	“ (...) Como trabalhava num restaurante, comecei a conhecer muita gente, saía muito para me divertir e, comecei a ganhar novas amizades, então um dia, uma pessoa (homem) que fazia parte do meu círculo de amizades fez-me o convite para transportar droga para o Brasil (...) foi o meu primeiro e único delito (...) ”.
Entrevista ZA	“ (...) O crime de tráfico de drogas foi o único crime que cometi e que me conduziu ao cárcere (...) ”.
Entrevista SA	“ (...) Conheci o mundo do tráfico com 22 anos de idade e este foi o primeiro e o único delito que cometi durante a minha vida (...) ”.
Entrevista CA	“ (...) O tráfico de drogas, depois disso não me envolvi em nenhum crime (...) ”
Motivação para o Crime	
Entrevista SO	“ (...) Depois de terminar o relacionamento com o pai da minha filha, ele passou a não ajudar com as despesas da filha, então não ganhava muito vivia numa casa alugada e o dinheiro acabava mesmo antes do fim do mês apesar de ter a ajuda do meu namorado mas ele não era pai da minha filha, não era obrigado a ajudar (...) ” “ (...) Acho que a pessoa que me fez a proposta escolheu-me, porque não tinha marido, tinha uma filha trabalhava num restaurante onde o salário não era a grande coisa e também gostava de festas, estar bem vestida, frequentar lugares assim sabes, isso também contribuiu e ajudou a fazer a minha cabeça e, na época aquele dinheiro

	mudaria muita coisa porque antes de ir já tinha recebido 50% do valor (cerca de 2500 €) sabia dos riscos mas a pessoa garantiu-me que eram os mínimos (...)”.
Entrevista ZA	“(…) Sou uma pessoa que sofreu muito nessa vida, mas vi nisso a oportunidade de mudar de vida e dar melhores condições de vida para os meus filhos... passaram a não sentir a necessidades e também não queria que eles passassem por aquilo que passei (...)”.
Entrevista SA	“(…) Por desespero, trabalhava, o salário era muito baixo, estava na ilha de Boa Vista, apareceu uma pessoa que fez-me a proposta e eu aceitei, não fui enganada, sabia exatamente o que ia fazer e foi por causa do dinheiro para poder sustentar a minha família e vi nisso a oportunidade mandar os meus irmãos para a universidade e eu fui aliciada por uma mulher (...)”
Entrevista CA	“(…) Tinha duas filhas menores e era eu quem cuidava delas, o pai delas não me ajudava com as despesas e estava desempregada, e fui motivada pelo desejo de mudar de vida e, no momento achei ser uma grande oportunidade (...)”.
Qualidade das relações que se estabelecem nos EP’S	
Entrevista SO	“(…) Tinha uma boa relação com todos dentro do EP, durante o tempo em que fui interna, nunca tive qualquer tipo de divergência com ninguém, também não seria nada inteligente da minha parte por não ter estado no meu país (...)” “(…) Estava numa cela com mais três mulheres duas eram cabo-verdianas e a outra era congolesa, era tudo tranquilo, ninguém maltratava ou mandava em ninguém. O EP era um lugar tranquilo (...)” “(…) No fim-de-semana cuidava-mos mais de nós davam-nos secador de cabelo, pintava-mos as unhas, tinha-mos um rádio, punha-mos música no pátio e ficava-mos a dançar e a cantar músicas cabo-verdianas (...)”
Entrevista ZA	“(…) Tinha uma boa relação com os agentes prisionais, não tinha razões de queixa, sempre tratavam-nos bem e com as colegas também nunca tivemos nada, nenhum desentendimento... passava maior parte do tempo na biblioteca a ler livros (...)”.
Entrevista SA	“(…) A relação com os agentes era péssima eles não estão preparados, nem têm formação ou ela é insuficiente para lidar com os recluso. Muitos deles estão lá não por amor a profissão mas por causa do salário, foi uma oportunidade e eles agarraram... com as minhas colegas a nossa relação era boa, cada uma respeitava o espaço da outra e apoiava-mos umas a outras (...)” “(…) Levavam os seus problemas de casa e quem pagava eramos nós, por terem o poder e por usarem a uniforme abusavam... tudo era feito de forma abusivo e isso fazia-me ficar com mais raiva e com mais ódio (...)” “(…) Aqueles que tiveram mais tempo de trabalho prisional são mais compreensivos, talvez pela sua experiência e tempo de serviço, não ligavam nada, isso por outro lado era pior para nós, já os mais novos com menos tempo de serviço vão para te provar que é ele quem manda e que tu tens de obedecer-lo porque és reclusa e fazem-te sentir ainda mais reclusa... existe uma queda de braço entre os reclusos e o agente prisional e não uma relação (...)” “(…) É tudo feito brutalmente, o objetivos deles é denegrirem-te, psicologicamente e emocionalmente, por isso tive uma depressão pós- parto (...)”
Entrevista CA	“(…) Tinha uma relação boa com as minhas colegas, eramos como família porque naquele momento só tínhamos umas a outras, passamos a ser como umas irmãs, diferentes mas na mesma situação (...)” “(…) Com os agentes prisionais, era diferente, é não se indispor com nenhum deles, senão a tua vida dentro do EP torna-se o inferno... não era uma relação muito boa... uma mistura de medo e raiva (...)”

Participação nas atividade/ Competências adquiridas no EP	
Entrevista SO	<p>“ (...) Tinha-mos o nosso trabalho, íamos a aula à noite (...) eramos um numero reduzido para não haver confusão (...) ”</p> <p>“ (...) Eu trabalhava na biblioteca da escola que ficava dentro do EP, tivemos aula de dança, fiz um curso de artesanato (...) ”</p>
Entrevista ZA	<p>“ (...) Havia formações como o croché por exemplo, cada uma fazia uma coisa e eu escolhi trabalhar na copa, lavava loiça (...) ”.</p> <p>“ (...) Não fiz nenhuma formação porque gostava de trabalhar na cozinha e de cozinhar... era cansativo porque eramos muitas mas era aquilo que eu gostava de fazer (...) ”.</p>
Entrevista SA	<p>“ (...) Tínhamos as nossas tarefas diárias...eramos divididas em grupo para limpezas, cozinha e outras para o banho de sol... não havia nada para se fazer além disso e começa a cumular dentro de ti coisas más (...) ”</p> <p>“ (...) Quase no fim do cumprimento da minha pena de prisão, fiz formação de cabeleireira, corte e costura, mediação de conflitos (...) ”</p>
Entrevista CA	<p>“ (...) Tinha as tarefas do dia-a-dia que realizava com as minhas colegas, depois não fazíamos mais nada... tinha uma sala de formação de cabeleireiro mas não na época estava tudo parado não sabíamos o porquê... se tivessem dado formação seria bom para mim porque eu já sabia fazer tranças e seria bom aprender novos penteados (...) ”</p> <p>“ (...) Passado algum tempo, fiz formação em mediação de conflito mas era só a parte teórica não fazíamos a parte prática (...) ”</p>
Utilidade das Formações feitas dentro do EP	
Entrevista SO	“ (...) Fiz um curso de artesanato que não me serve de nada, pouca coisa (...) ”.
Entrevista ZA	“ (...) Curso para mim não (...) ”.
Entrevista SA	“ (...) Nenhuma, porque não chegas a ter um certificado com qualidade porque essas formações são patrocinadas pelo Ministério da Justiça... fazes a parte teórica mas não a parte prática, tem pouca qualidade as formações e, o teu certificado vem com o carimbo do Ministério da Justiça e do Estabelecimento Prisional... por isso rasguei todos os certificados antes a quando da minha saída porque sabia que não me serviriam de nada (...) ”
Entrevista CA	“ (...) Para mim aquela formação não teve nenhuma utilidade, porque os certificados não te servem parecia mais um certificado de ex. reclusa do que de formação porque é basta as pessoas verem para não te darem a oportunidade por seres ex. reclusa, por isso ter feito e não ter feito não mudou nada na minha vida, dá no mesmo...é como se não tivesse feito (...) ”
Cuidado dos filhos durante a reclusão	
Entrevista SO	“ (...) A minha filha ficou com a minha mãe, como era ela que sempre ajudou-me a cuidar dela, quando resolvi vir para o Brasil ela continuou sob os seus cuidados (...) ”.
Entrevista ZA	<p>“ (...) Os meus filhos ficaram ao cuidado do meu ex. marido que era o padrasto deles...ele cuidava muito bem deles (...) ”.</p> <p>“ (...) Eles estavam bem cuidados, o meu marido não deixava que lhes faltasse nada (...) ”.</p>
Entrevista SA	“ (...) Quando fui presa tinha uma filha que ficou aos cuidados da minha mãe porque na época meu marido também foi preso...nos primeiros dias da minha reclusão, naqueles exames que eram feitos logo à entrada, descobri que estava grávida, e depois que a Comissão Nacional para os Direitos Humanos e Cidadania

	recebeu a denúncia por parte de visitantes eles foram averiguar e obrigaram-me a entregar o meu filho para um familiar cuidar, nesse caso entreguei a minha mãe para cuidar porque ou era isso ou o meu filho seria institucionalizado (...)”.
Entrevista CA	“(…) As minhas 2 filhas ficaram ao cuidado da minha mãe (...)”.
Ser mãe estando no contexto da reclusão	
Entrevista SO	“(…) É algo que não sei explicar, mas ao mesmo tempo sabia que ela estava bem pelo facto de ter ficado com a minha mãe (...)”.
Entrevista ZA	“(…) Ser mãe reclusa foi algo mais difícil para mim, quando os meus filhos tinham problema eu não estava lá para ajudá-los a ultrapassar... eu não dormia, passava dias e noites sem dormir, só pensava, não conseguia dormir (...)”.
Entrevista SA	“(…) Ser mãe é uma dádiva mas no contexto prisional não tens o direito de ser mãe porque ser mãe é quando consegues responder as necessidades do seu filho no momento e eu enquanto mãe reclusa, a única necessidade do meu filho que eu pude responder foi amamentar-lhe e dar-lhe o colo e chorar... não se pode ser mãe no estabelecimento prisional (...)”. “(…) Quando descobri a minha gravidez no EP, sugeriram que eu abortasse porque não havia condições para se ter um bebe lá dentro, depois de conhecer a realidade do EP, cheguei a pensar em abortar mas meu marido e a minha mãe não permitiram, ela disse que ia cuidar até a minha liberdade, na época a minha filha mais velha tinha 11 anos de idade (...)”.
Entrevista CA	“(…) Apesar de saber que elas estavam a ser bem cuidadas mas há sempre aquela preocupação, não conseguia dormir a pensar nelas... é muito difícil, nos primeiros meses chorava muito quando eu me lembrava delas... a mais velha não tinha pai e acabou por ficar sem mãe e ela já percebia um pouco as coisas isso era o que mais me magoava... nos dias das visitas das crianças era o dia mais triste durante a minha reclusão e a despedida era muito triste (...)”.
Experiência positiva/negativa proporcionada pela reclusão	
Entrevista SO	“(…) Percebi que a liberdade não tem preço e mais uma vez pude experienciar a dor da distância e desta vez da pessoa que mais eu amo, a minha filha (...)”.
Entrevista ZA	“(…) Só trouxe-me coisas negativas, primeiro foi a perda da minha liberdade e segundo nesse período de reclusão não pude oferecer o amor de mãe aos meus filhos (...)”. “(…) Doía-me quando eu recebia visita da minha filha e ela queria que eu estivesse sempre vestida com uma roupa bonita para que ela lembrasse de mim assim
Entrevista SA	“(…) A prisão trouxe-me muitas coisas positivas, ensinou a conviver com pessoas diferentes mesmo sem tendo laços de sangue, despertou em mim o amor ao próximo, ensinou-me que a liberdade é primordial, que temos que lutar pela nossa liberdade e zelar por ela porque somos os únicos a lutar pela nossa liberdade (...)”. “(…) Ensinou-me a relacionar com as pessoas, a conhecê-las para além daquilo que vejo...trouxe-me grandes ensinamentos que levarei como comigo a vida toda...mostrou-me a importância da família e das amizades porque é na reclusão que consegues saber quem é quem (...)”. “(…) Hoje sou capaz de ensinar aos meus filhos que nem sempre o caminho mais fácil é o melhor e esperar as coisas acontecerem sem ter que antecipar, tive muita pressa...moldou o meu carácter como mulher, como ser humano, como mãe, filha, irmã e irmã, moldou-me por completo...ensinou-me a não desperdiçar nenhum

	momento, priorizar sempre a família, ensinou-me a respeitar o ser humano e os seus limites...hoje já não sou uma pessoa fácil de se influenciar (...)”.
Entrevista CA	“(…) Aprendi a dar valor a liberdade, não há nada melhor do que estar livre, a liberdade de ir e de vir de escolher o que queres comer, com quem queres estar...ensinou a importância de um carinho, e de um sorriso, principalmente o sorriso das minhas filhas...pode parecer estranho mais aqui as pessoas não sorriem eu não me lembro de quando esbocei um sorriso (...)”.
Interrupção de algo proporcionado pela reclusão na trajetória de vida anterior e futura	
Entrevista SO	“(…) Interrompeu muita coisa... interrompeu o acompanhamento do crescimento da minha filha, deixei-a com 6 anos e hoje ela já é uma moça. Então não vi o seu desenvolvimento, não acompanhei a sua passagem da infância toda (...)”.
Entrevista ZA	“(…) Deixei o meu trabalho, o meu negócio próprio... a prisão mudou a minha vida, foi algo que me marcou e que dói até hoje, dói-me mas tive que me afastar daquelas pessoas...é muita coisa junta (...)”.
Entrevista SA	“(…) Interrompeu-me o sonho de mandar os meus irmãos para a universidade, interrompeu vários projetos e vários sonhos...foram duros 5 anos longe da minha família e dos meus filhos e privou-me da convivência familiar e materna (...)”.
Entrevista CA	“(…) Interrompeu várias coisas, tinha planos e metas que pretendia atingir, inclusive o dinheiro que seria-me pago era para realizar um desses projetos...pretendia abrir um negócio próprio, terminar de estudar, pelo menos pretendia terminar o ensino secundário mas isso tudo ficou para trás (...)”.
Reinserção social/ expectativas futuras	
Preparação da reinserção social	
Entrevista SO	“(…) Eu não tive preparação para a reinserção social digamos assim e não digo que isso não existe lá dentro mas eu pelo menos não tive (...)” “(…) No EP tinham técnicos como Assistentes Sociais e Psicólogos mas eu nunca cheguei a ter contacto com esses profissionais (...)”
Entrevista ZA	“(…) Nunca tivemos aquela preparação para a reinserção social, nunca cheguei a ser atendida por qualquer técnico dentro do estabelecimento prisional, havia sim formações mas nada que eu quisesse participar, por isso optei por ficar na cozinha (...)”.
Entrevista SA	“(…) A minha reinserção social a nível institucional não funcionou, ou seja não existiu porque deveria ter sido preparada e isso era um trabalho que deveria ter o início dentro do EP, com o assistente social e psicólogo e é um trabalho que deveria envolver a família uma vez que é a família e a comunidade que vão receber o ex. recluso, por isso é um trabalho que deve iniciar-se lá dentro (...)” “(…) A minha reinserção social foi dificultada principalmente pela falta de estudos, como não tinha um grau elevado de escolaridade não pude ter acesso ao mercado de trabalho...pensei que era por ser ex. reclusa, não tinha experiência profissional mas que apesar disso se eu tivesse um diploma acho que poderia ter acesso a um trabalho mas não, hoje cheguei a conclusão de que é a própria reinserção social que não existe (...)”.
Entrevista CA	“(…) Reinserção social foi uma experiência que não pude vivenciar, porque ela não existe, no papel sim, mas na realidade não existe. Tive a sorte de reinserir-me na minha família mas muitas não têm essa sorte...emprego desde que sai em liberdade

	não cheguei a ter, com uma escolaridade baixa, sem formação e ex. reclusa, ter um emprego é algo impossível (...)”
Perceção acerca da sua Reinserção	
Entrevista SO	<p>“ (...) Hoje considero-me inserida na sociedade mas esse processo aconteceu naturalmente sem qualquer ajuda profissional ou institucional ou seja sem passar por qualquer processo de reinserção social (...).</p> <p>“ (...) Nunca cheguei a ter ou a ser atendida por qualquer profissional na área de reinserção social, nem no momento da minha entrada no EP, nem durante a minha permanência e nem na preparação para a minha liberdade... para mim é como se não existisse porque se existiu eu não soube (...)”.</p>
Entrevista ZA	<p>“ (...) Foi difícil porque tentei reerguer-me e reabrir o café... comecei a vender comida depois o meu ex. marido foi preso com medo voltei para Cabo Verde (...)”.</p> <p>“ (...) Após chegar cá (Cabo Verde) comecei a procurar ajudas nas ONG's e nas organizações estatais porque acabei por ficar sem nada. Tudo estava no nome do meu ex. marido e ele não quis devolver nada... fiquei sem nada (...)”</p>
Entrevista SA	<p>“ (...) Considero-me inserida mas a minha reinserção social foi um caminho feito por mim tive que chegar perto e fazer as pessoas perceberem a minha história para poder ser aceita, por isso quando saí em liberdade tive que fazer várias palestras principalmente na minha comunidade por forma a dar a conhecer as pessoas a real situação para depois ser aceita...assim as pessoas começaram a mostrar maior empatia (...)”.</p>
Entrevista CA	<p>“ (...) Consegui inserir-me na minha família e na minha comunidade mas no mercado de trabalho nunca tive a oportunidade (...)”.</p>
Apoio durante a reclusão (família, amigos, comunidade, instituições, etc.)	
Entrevista SO	<p>“ (...) Como fui presa no Brasil, o único apoio que eu tive quando pisei o dentro do EP foi das minhas colegas de cárcere, não recebia visitas porque não estava no meu país e o único apoio vinha das minhas colegas reclusas (...)”</p> <p>“ (...) Também recebi o apoio da minha família, tinha-mos um telemóvel escondido, telefonava para a minha família sem que as agentes prisionais dessem conta, porque se fossemos pegadas seríamos castigadas e isso pesava muito na nossa pena (...)”</p>
Entrevista ZA	<p>“ (...) Recebia do meu ex. marido e dos meus filhos que nunca me abandonaram (...)”.</p>
Entrevista SA	<p>“ (...) Quando cheguei no EP, o único apoio que recebi foi das pessoas que estavam na mesma situação que eu...entrei com a roupa do corpo e foram elas que me deram toalha para o banho, cuecas, sabão para o banho, lençol e até dividiram a cama comigo, foram elas que me acolheram (...)”.</p> <p>“ (...) Fora da prisão só contei com o apoio da minha família, ela nunca me abandonou, estiveram sempre presentes e nunca me abandonaram (...)”.</p>
Entrevista CA	<p>“ (...) Exclusivamente da minha família e das minha colegas de cela...nesse ponto acho que o EP poderia fazer mais do que só receber, vigiar e punir (...)”.</p>
Mudanças nas relações (familiar, de amizade, etc.) Pós Reclusão	
Entrevista SO	<p>“ (...) Depois de ter saído não houve nenhuma mudança na relação entre mim e a minha família (...) mesmo distante ofereceram-me um suporte (...)”</p>
Entrevista ZA	<p>“ (...) A relação com os meus filhos continuou a mesma, só com o meu ex. marido é que não deu certo após a prisão dele</p>
Entrevista SA	<p>“ (...) A relação com a minha filha ficou um pouco abalada na época mas hoje as coisas mudaram, a minha família foi o meu suporte e apoiaram e apoiam até</p>

	hoje...quando sai da prisão não tinha nada a minha família é que me apoiou. Em relação a amizades já não posso dizer o mesmo (...) ”.
Entrevista CA	“ (...) Não houve mudança na relação entre mim e a minha família e algumas amizades mantive outras nem por isso...o difícil mesmo é suportar os olhares e o preconceito (...) ”.
Projeto/expectativa de Vida face ao futuro	
Entrevista SO	“ (...) Penso em abrir um negócio, ser empreendedora... penso nisso (...) ” “ (...) Sonho voltar para Cabo Verde, ver a minha filha, a minha mãe e os meus irmãos, primeiro não pude ir por vergonha de voltar como ex. presidiária e traficante apesar de ter sido “mula”, os meus vizinhos, amigos já devem saber do sucedido e, segundo construí uma nova família cá, hoje tenho um marido e uma outra filha (...) ”
Entrevista ZA	“ (...) Queria ter um negócio sustentável, terminar as obras da casa (...) ”. “ (...) Estou a tentar ver se volta para Portugal ver os meus filhos e netos porque não esperei renovar a autorização de residência e perdi o direito de voltar (...) ”.
Entrevista SA	“ (...) Penso em fazer uma licenciatura em Serviço Social mas sem deixar de lado o meu trabalho de cabeleireira porque gosto e é a forma que eu tenho de pagar a minha formação... gostaria muito de abrir uma ONG para acolher crianças com necessidades especiais, acolher-lhes, dar-lhes amor e mostrar-lhes o outro lado do mundo diferente daquele que eles conhecem (...) ”. Também tenho um sonho de escrever um livro narrando sobre a minha passagem pelo EP (...) ”. “Aprendi a não criar expectativas para o futuro, tento viver um dia de cada vez e o máximo que eu puder...não tenho expectativas porque frustra as pessoas porque se não der certo vem a frustração. Todos os dias são de luta para mim, para não voltar no mesmo caminho (...) ”.
Entrevista CA	“ (...) Projetos se eu os tiver não me lembro, foi por causa dos projetos que tive que fazer o que eu fiz, por isso não quero ter projetos (...) ”.

Anexo III Declaração de Consentimento Informado

Declaração de Consentimento Informado

Cara Senhora

No âmbito da investigação do Mestrado em Serviço Social, da Faculdade de Ciências Humanas, da Universidade Católica Portuguesa, subordinada ao tema Mulheres e Reclusão: narrativas de Mulheres ex-reclusas por Crime de Tráfico de Droga.

Venho por este meio solicitar a sua participação na investigação, através de uma entrevista, que coloca questões que procuram conhecer a sua experiência e o seu percurso de vida.

Pretende-se através desta investigação responder à questão: - como os percursos de reclusão afetaram a vida destas mulheres e das suas famílias?

A sua participação é muito importante, de modo a percebermos o que vivenciou, o que sente e pensa acerca deste tema e como poderemos fazer prevenção junto de mulheres mais jovens.

As suas informações são estritamente confidenciais pois os resultados deste estudo serão apenas utilizados nesta investigação, assegurando que será mantido o sigilo e garantido o anonimato das participantes.

A sua participação será voluntária, pelo que poderá interrompê-la a qualquer momento.

Obrigada pela sua disponibilidade e cooperação.

Atenciosamente,

Nadira Querido (aluna de Mestrado em Serviço Social)

Depois de devidamente informada declaro que pretendo participar livremente nesta investigação.

Participante _____ Data: ____/____/2021

Assinatura da Investigadora: _____ Data: ____/____/2021